

Isgráfica

IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

(Sociedade Aberta)

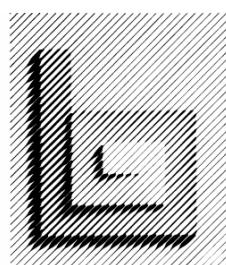
RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2006

CAPITAL SOCIAL: 200.000 EUROS

SEDE: CASAL DE SANTA LEOPOLDINA, QUELUZ DE BAIXO

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE CASCAIS SOB O N° 2 184

PESSOA COLECTIVA N° 500 166 587



lisgráfica

**IMPRESSÃO
E ARTES GRÁFICAS, S.A.**

Casal de Santa Leopoldina
2730-053 BARCARENA

Capital Social: 200.000 €
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial
de Cascais sob o n.º 2184

Pessoa Colectiva n.º 500 166 587

GRAFILIS



RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2006

Nos termos da Lei, designadamente do que está contido no Art. 508º-A do Código do Mercado de Valores Mobiliários e tendo em conta o disposto no Dec-Lei 238/91, de 2 de Julho, modificado pelo Dec-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, submetemos à apreciação de V. Ex^{as} o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado e a Demonstração de Resultados Consolidada reportados a 31 de Dezembro de 2006.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas segundo as disposições do normativo contabilístico vigentes em Portugal (POC e Directrizes Contabilísticas da Comissão de Normalização Contabilística), ajustados para dar cumprimento às Normas Internacionais de relato Financeiro efectivas para o exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2005. Toda a informação constante deste Relatório e das Demonstrações Financeiras em que está suportado respeita à actividade e resultados das Empresas do Grupo durante o exercício de 2006.

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA ACTIVIDADE DO GRUPO

1.1. EVOLUÇÃO MACRO-ECONÓMICA

A economia mundial registou no ano de 2006 um crescimento acentuado que se estima em torno de 5,1%, contra 4,3% em 2005, denotando uma distribuição mais equilibrada do crescimento, com destaque para o desempenho das economias emergentes, com uma variação do PIB de 7,3%, sobressaindo deste grupo o dinamismo na Ásia que atingiu os 8,7%.

A conjuntura económica foi, ainda, caracterizada pela subida do preço do petróleo nos primeiros oito meses do ano, atingindo no final deste período um máximo histórico de USD 78/barril registando-se, em termos médios anuais, uma subida de USD 54,5/barril.

A conjuntura de crescimento económico forte e de inflação moderada suportada, no final do ano, pela queda dos preços dos bens energéticos, contribuiu para uma evolução positiva do sentimento económico global, expresso num desempenho favorável dos mercados accionistas.

Assim, na Europa os índices CAC 40 de Paris, DAX de Frankfurt e IBEX 35 de Madrid subiram, respectivamente, 17,5%, 22% e 31,8% enquanto que, nos Estados Unidos, os índices S&P 500 e Dow Jones valorizaram, respectivamente, 13,6% e 16,3%, tendo o índice Nasdaq ganho 9,5%. Para este desempenho positivo contribuiu, também, a persistência de uma conjuntura de ampla liquidez a nível global, traduzida numa forte actividade de fusões e aquisições e numa compressão dos spreads do crédito.

Nos EUA o PIB cresceu 3,3% em 2006, denotando ligeira aceleração face ao registo de 3,2% observado em 2005.

O início do ano foi caracterizado por fortes crescimentos no consumo privado e no investimento, beneficiando do efeito riqueza positivo associado à valorização dos preços do imobiliário.

No contexto de um crescimento da actividade económica acima do potencial, e com a subida do preço dos combustíveis a pressionar a taxa de inflação – de 3,4% em 2005, para 3,5% em 2006 – a Reserva Federal elevou a target rate dos fed funds em 100 pontos base no primeiro semestre, para 5,25%, tendo interrompido aí o ciclo de subida dos juros de referência iniciado no Verão de 2004.

Na segunda metade do ano, observou-se um arrefecimento significativo do sector da habitação, expresso numa estagnação dos respectivos preços e numa queda de cerca de 19% no investimento residencial.

No entanto, o consumo das famílias continuou a suportar a actividade económica registando, no conjunto do ano, um crescimento real ainda forte de cerca de 3,2%, contra 3,5% no ano anterior.

Este comportamento do consumo privado foi, por seu turno, sustentado pela descida dos preços da energia no último trimestre, pela redução da taxa de desemprego – de 5,1% para 4,6% da população activa – e pela persistência de condições monetárias e financeiras favoráveis, com uma forte valorização dos mercados accionistas e com taxas de juro de mercado ainda relativamente reduzidas.

A Ásia reforçou o seu papel como um dos principais motores de crescimento da economia mundial, apresentando-se a China numa posição de realce ao denunciar um crescimento anual de 10,7%, suportado pelo forte dinamismo da formação bruta de capital fixo, com um crescimento de 24%, e das exportações, com o excedente comercial a registrar uma melhoria de cerca de 70% face ao ano anterior.

O desempenho da economia chinesa constituiu um estímulo importante para as restantes economias asiáticas, incluindo o Japão que registou um crescimento do PIB de 2,2%, em ligeira desaceleração, face ao ano anterior, em que crescerá 2,6%.

O forte crescimento da China e da Ásia emergentes contribuiu também para manter pressionada a procura de matérias-primas não energéticas, em particular os metais industriais.

Na Zona Euro o ano foi marcado por uma recuperação significativa dos índices de confiança, reflectindo a aceleração observada na actividade económica. O crescimento do PIB subiu de 1,4% em 2005, para 2,6%, sobretudo em resultado de um comportamento favorável da procura externa, e na qual se destacou o peso crescente da procura oriunda dos países emergentes da Ásia e do Médio Oriente. No conjunto do ano, as exportações da Zona Euro cresceram, em termos reais, cerca de 8,4%.

O crescimento da procura externa e o maior optimismo dos empresários reflectiram-se, por sua vez, numa recuperação do investimento que registou uma variação anual de 4,5% e numa melhoria das condições do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a descer de 8,5% para 8% em termos médios anuais.

Na Zona Euro o consumo das famílias mostrou sinais de recuperação, mas manteve um crescimento relativamente moderado de 1,8%, ainda restringido por uma conjuntura de forte moderação salarial.

O ano de 2006 foi ainda caracterizado por um forte crescimento da liquidez que registou, no final do ano, uma variação homóloga de 9,8%, claramente acima do valor de referência fixado em 4,5% pelo BCE.

Tal como em 2005 a evolução da massa monetária continuou a ter como contrapartida um forte dinamismo dos empréstimos ao sector privado que registaram um crescimento de cerca de 10,7%, enquanto que os empréstimos às famílias registaram uma ligeira desaceleração, mas ainda com crescimentos de 9,5% no crédito à habitação e de 7,8% no crédito ao consumo.

O registo de um crescimento elevado no contexto de forte liquidez levou o BCE a elevar a taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 125 pontos base, para 3,5%.

A taxa de inflação manteve-se inalterada, em termos médios anuais em 2,2%.

O estreitamento do diferencial de juros face aos EUA contribuiu para uma apreciação de 12% de euro face ao dólar, para EUR/USD 1,319.

A economia portuguesa registou, em 2006, uma recuperação face ao ano anterior, com o crescimento do PIB a subir de 0,5% para 1,3%, uma décima abaixo das previsões oficiais do Governo mas cerca de metade do crescimento médio registado nos países da Zona Euro.

Verifica-se, assim, que continua a acentuar-se a divergência em relação à Europa e a cavar-se um fosso cada vez mais fundo em relação aos níveis de crescimento face aos nossos parceiros.

A recuperação observada e o maior dinamismo da actividade assentou, sobretudo, no forte crescimento das exportações de bens e serviços, com uma variação de cerca de 8,8%, contra um registo de 1,1% em 2005.

Portugal beneficiou não apenas da manutenção de um PIB elevado na vizinha Espanha, seu parceiro por excelência, mas também da recuperação da actividade observada no conjunto da Zona Euro, em particular da Alemanha.

Ao mesmo tempo, registaram-se fortes crescimentos das exportações para destinos menos tradicionais com destaque para Angola com um registo próximo de 60% em termos nominais. Neste contexto, o contributo das exportações líquidas para o crescimento aumentou em 2006 de -0,5% para 1 ponto percentual.

A procura interna, por sua vez, viu o respectivo contributo para o crescimento diminuir de 1 para 0,3 pontos percentuais, tendo o consumo privado acentuado a tendência de desaceleração observada em 2004, com o respectivo crescimento a descer de 2,2% para 1,1%. Não obstante uma recuperação visível dos índices de confiança das famílias na parte final do ano, as despesas de consumo privado foram restringidas em 2006, pela subida das taxas de juro, por um crescimento ainda moderado do rendimento disponível e pela natureza restritiva da política orçamental concretizada, principalmente, na subida de alguns impostos indirectos.

Com um aumento de rendimento disponível inferior à expansão do consumo privado, a taxa de poupança das famílias deverá ter registado uma ligeira descida de 9,2% para cerca de 8,5% do rendimento disponível.

O investimento voltou a registar o comportamento mais negativo entre os componentes da procura interna, embora com uma queda real de 1,7% inferior à observada em 2005 em que fora de 3,8%.

Apesar de a recuperação da procura externa se ter reflectido numa subida dos índices de confiança nos sectores dos serviços e da indústria, as empresas mostraram-se ainda cautelosas nas suas decisões de investimento, perante a vulnerabilidade da procura interna. A despesa total em capital fixo foi ainda restringida pelos esforços de consolidação orçamental, que se traduziram numa queda do investimento público, e pela continuação de ajustamento das despesas de investimento em habitação por parte das famílias.

Neste contexto, a taxa anual média de desemprego subiu de 7,6% para 7,7% da população activa.

O consumo público caiu 0,3%, a partir de uma diminuição das despesas em bens e serviços, evolução que, em conjunto com a queda do investimento público e com o forte aumento das receitas fiscais e não fiscais, da ordem dos 8%, contribuiu para uma diminuição do défice global de 6% para um valor ligeiramente abaixo de 4% do PIB, valor inferior ao previsto no PEC que era de 4,6%, levando a que o défice global para 2007 fosse revisto em baixa e fixado em 3%, contra os 3,3% que as autoridades tinham previsto.

A moderação do crescimento da procura interna associada ao forte dinamismo das exportações de bens e serviços resultaram numa melhoria do saldo conjunto das balanças corrente e de capital, com as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa a reduzirem-se de 8,1% para 7,6% do PIB.

Ao nível da Balança de Pagamentos destaca-se ainda a evolução positiva do investimento directo em Portugal, o qual terá atingido, em termos líquidos, um valor em torno de 3,7 mil milhões de euros.

A taxa de inflação média subiu, em 2006, de 2,3% para 3%. Este registo encontra-se afectado por uma alteração de método no tratamento estatístico de algumas componentes do IPC, com impacto nos registos do exercício mais recente, sem o que se teria fixado nos 2,5%.

A aceleração dos preços em 2006 é explicada pelo aumento de preços dos bens energéticos na primeira metade do ano e pelo impacto da subida de alguns impostos indirectos – o IVA em Julho de 2005 e alguns impostos sobre o consumo em Janeiro de 2006.

1.2 GOVERNO DAS SOCIEDADES

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, e dos vários documentos posteriores relativos ao assunto, designadamente o Anexo descritivo do esquema de Relatório que se deve realizar, a LISGRÁFICA dá conta, nas alíneas seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos que importam.

1.2.1. – Divulgação de Informação

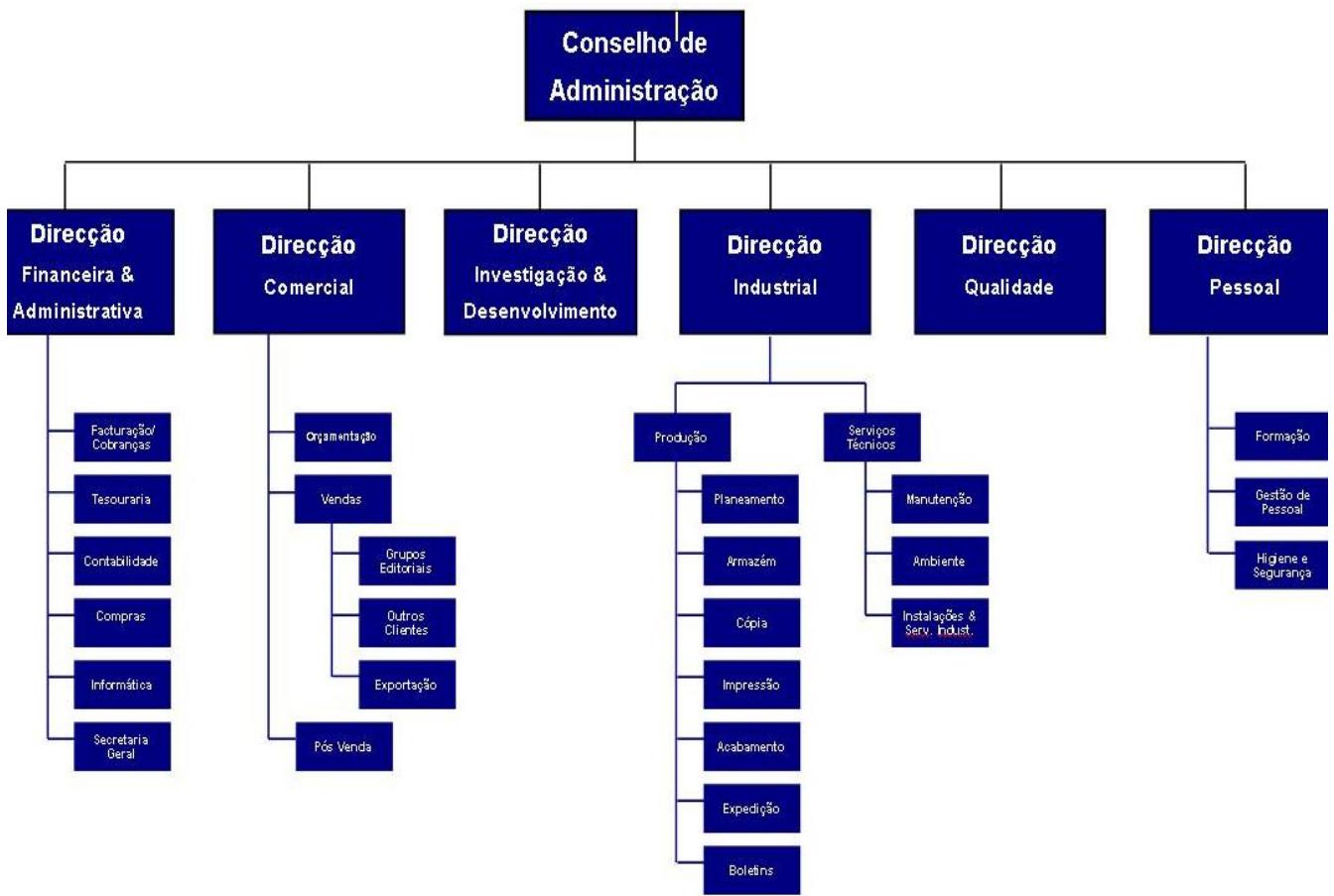
1. A Administração funciona de forma colegial, reportando a ela directamente e sem ligação directa de pelouros, 6 Direcções: Comercial, Financeira e Administrativa, Pessoal, Qualidade, Investigação e Desenvolvimento e Industrial, com os diversos Serviços que estão ilustrados no Organograma que figura abaixo e está em vigor desde Dezembro de 2004.

O Conselho de Administração exerce um controlo efectivo na orientação da vida da sociedade, como é sua obrigação e competência, e só por ele são tomadas decisões sobre matérias com alguma importância. O Conselho está em contacto quase permanente com as Direcções e recebe uma informação constante que lhe permite gerir a sociedade com pleno conhecimento das circunstâncias, bem como os resultados do permanente controlo realizado pelas Direcções de Qualidade e ao qual nos referimos no ponto 1.2.3.2.

O Conselho tem como objectivo a gestão e a coordenação da sociedade, bem como a informação aos seus Accionistas. O Conselho define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de mais valor da empresa através da prestação de serviços de qualidade, de prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades, e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são o principal capital e que são sempre seguidos critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.

O Conselho reúne com enorme frequência, o que não só é facilitado pelo reduzido número dos seus membros como pela proximidade geográfica dos respectivos gabinetes, mais de uma vez por semana, e também com frequência com outros membros da hierarquia, designadamente com os directores dos departamentos.

Com carácter mais formal, o Conselho reúne no mínimo uma vez por mês.

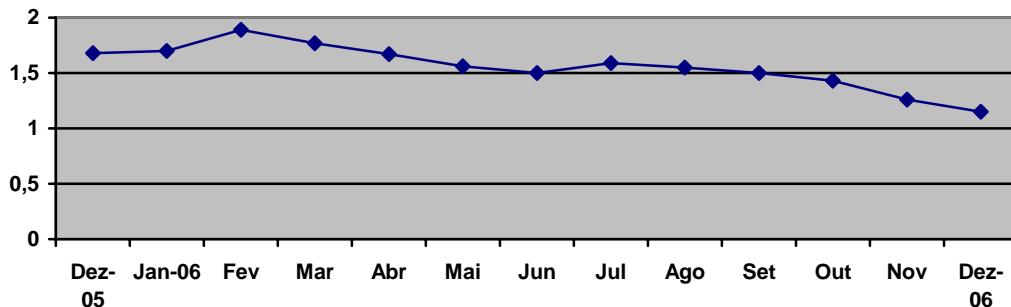


2. Não há comissões criadas na sociedade.
3. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente tendo em conta designadamente:
 - (a) a emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;
 - (b) o anúncio de resultados;
 - (c) o pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

Pouco depois da entrada em Bolsa verificou-se uma queda generalizada das cotações, que na maioria dos casos pouco teria a ver com o verdadeiro valor das empresas mas, mais decorrente das características de mercado accionista periférico e da baixíssima liquidez que possui.

Não houve, no exercício de 2006, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos no exercício, sendo que o anúncio dos resultados obtidos se faz através da publicação das contas/notas informativas correspondentes aos trimestres/semestres do exercício.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2006 pode ser ilustrada no gráfico abaixo, que evidencia uma subida no início do ano (1,68 em 31/12/05 para 1,89 em 28/02/06), uma descida que perdurou até Dezembro (1,77 em 31/03/06, para 1,15 em 31/12/06).



Em Assembleia Geral de accionistas realizada em 07/11/06 foi deliberada a redução de capital de 20.000.000 Euros para 200.000 euros, no valor de Euros 19.800.000, para cobertura de prejuízos, cobertos mediante a redução do valor nominal unitário de todas as acções, incluindo as acções próprias, de Euros 5 para Euros 0,05. Por efeito da redução, o capital social da Sociedade passou a estar representado por 4.000.000 de acções ao portador com o valor nominal de 0,05 Euros cada, mantendo-se integralmente subscrito e realizado.

4. Política de Dividendos: Nos exercícios seguintes à entrada em Bolsa – 1999 e 2000 – foram distribuídos dividendos representando cerca de 0,40 euro/acção, política abandonada transitoriamente em 2001 por força da prolongada e grave crise económico-financeira que se verifica desde então, e ainda permanece, motivo pelo qual neste exercício também não haverá distribuição de dividendos, até por força da situação dos Resultados Transitados e Capitais Próprios da Empresa.

Como política de princípio pode dizer-se que é nossa intenção distribuir lucros quando e sempre que for possível sem com isso afectar a segurança económico-financeira da empresa.

5. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.

6. Não houve qualquer negócio ou operação entre a sociedade e os membros dos seus Órgãos Sociais e/ou titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relações de domínio ou de grupo.

7. Gabinete de Apoio ao Investidor: O Serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as relações com o Mercado, pessoa com particular competência para a área financeira e económica, cabendo-lhe atender todos os Accionistas e, mesmo apenas, interessados em informações sobre a Sociedade.

O acesso é normal, bastando um simples telefonema de marcação prévia e o interessado é encaminhado e atendido.

Por outro lado, e dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à Informação a prestar ao Mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em Comunicados para a CMVM, quer através de contactos com a Comunicação Social, a qual é atendida pela Administração sempre que a procura.

O referido Representante é o Senhor Dr. José Luís André Lavrador.

A Lisgráfica tem um sítio na Internet que contém as informações obrigatórias sobre a Sociedade, designadamente as de carácter financeiro (Relatórios e Contas, Convocatórias, Notas Informativas, Pacto Social, Órgãos Sociais, etc.) bem como as Normas sobre o Governo da Sociedade; está em preparação e desenvolvimento, no mesmo sítio, um conjunto de outras informações sobre as capacidades comerciais e industriais da Lisgráfica, que esperamos fique operacional no decurso do corrente exercício.

O endereço electrónico do sítio é www.lisgrafia.com

8. Não existe Comissão de remunerações do Órgão de administração na Sociedade, nem tal se tem revelado necessário, para além de que não está prevista nos Estatutos Sociais. A fixação das remunerações dos Órgãos de Administração tem sido feita em Assembleia Geral, nos termos do artigo 10º do pacto social.

9. A seguir indicamos os montantes pagos no exercício:

• Remuneração do Conselho de Administração	Euros	193.783
• Remunerações ao Conselho Fiscal	Euros	23.950
• Remunerações ao Auditor Externo	Euros	76.985

1.2.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

1. Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatuária que afaste ou dificulte o voto, nomeadamente o exercício do direito de voto por correspondência, a não ser que se considere o facto de não existir boletim de voto para o voto por correspondência ou ainda de o bloqueio das acções dever ser feito com o prazo, até há pouco habitual, de oito dias.

O voto por correspondência não está previsto mas também não é excluído nos estatutos, e o seu exercício consta expressamente na convocatória das Assembleias Gerais, tal como foi o caso do anúncio da Assembleia que vai apreciar estes documentos, nos seguintes termos:

“ Os Senhores accionistas terão direito a um voto por cada 100 acções que detenham, e podem votar por correspondência devendo, neste caso, a declaração de voto (que deve indicar os pontos da ordem de trabalhos a que respeita) ser enviada para a sede social em sobreescrito fechado e dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião. O escrutínio dos votos recebidos por correspondência será feito no início da reunião, devendo os mesmos ser apresentados pelo Secretário da Sociedade, que assegurará a sua confidencialidade, seguindo-se em tudo o mais o prescrito nas Recomendações de 26 de Fevereiro de 2001 pela CMVM”.

2/3. Como se refere acima, não existe propriamente um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência, mas também não foi ainda necessário, isto é, ninguém o solicitou até à data, e não existe ainda possibilidade de exercício de voto por meios electrónicos.

4/5. A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral está estabelecida nos estatutos, e é de oito dias, havendo a intenção de, em futura revisão do contrato social, reduzir este prazo para o colocar dentro das recomendações da CMVM. No que diz respeito ao voto por correspondência, o prazo exigido para a sua recepção está incluído na convocatória atrás reproduzida: o voto deve ser enviado de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião, estando portanto dentro das recomendações da CMVM.

6. A cada 100 acções cabe um voto (nº 2 do artigo 8º do Pacto Social).

1.2.3. – Regras Societárias

1. Não existe qualquer código de conduta específico para a Lisgráfica ou outros regulamentos internos.
2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas e, mensalmente, pelo Revisor Oficial de Contas, que passa vários dias por mês na empresa e revê, controla e fiscaliza todos os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração, a quem reporta os resultados das suas ações.
Periodicamente realizam-se também reuniões do Conselho Fiscal, que acompanha a evolução da Empresa.
Para além disto, e em mais detalhe e frequência, a Direcção da Qualidade, no exercício das suas funções, controla mensalmente o cumprimento de indicadores sectoriais que, em colaboração com a Administração/Direcções haviam sido estabelecidos como referências/metas indicativas de eficiência dos vários Serviços.
Tais indicadores cobrem a generalidade das áreas de actuação da sociedade e têm natureza quantitativa e qualitativa permitindo um acompanhamento rigoroso do desempenho das várias áreas de actuação. Exemplo dos indicadores referidos: Resultados mensais, Desvios Orçamentais e versus ano anterior de Vendas por Famílias/Títulos, Prazo Médio de recebimentos e pagamentos, Grau de satisfação dos Clientes, Prazo de Disponibilidade dos Dados de Gestão Mensais, Nível de Desperdício de Matérias Primas, Produtividade Mensal das equipas de Impressão, Produtividade do Acabamento, Produtividade da Cópia, Análise dos Consumos específicos, etc.
3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista. Existe apenas um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, S.A.) e a Lisgráfica, contemplando a forma de remuneração pelos serviços de gestão prestados pela Holding, cujas cláusulas têm sido ratificadas nas sucessivas Assembleias Gerais da Lisgráfica, designadamente para o mandato de 2003 a 2006 pela assembleia Geral de 28 de Maio de 2003.

1.2.4. – Órgão de Administração

1.

a) O Conselho de Administração, cujos 3 membros são todos executivos, é composto pelas seguintes pessoas:

Presidente	Engº António Pedro Marques Patrocínio
Vogais	Dr. José Luís André Lavrador
	Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro

São Administradores independentes, isto é, não têm interesse, participação ou relações especiais com os Accionistas que detêm maior número de acções da empresa, os Senhores Engº António Pedro Marques Patrocínio e Dr. José Luís André Lavrador

b) Outras funções em Empresas do mesmo Grupo:

- O Senhor Engº António Pedro Marques Patrocínio é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Luís André Lavrador é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.” e da “GESTPRINT – SGPS, S.A.”.

2. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva além do atrás referido.

3. O funcionamento e frequência de reuniões do Conselho de Administração estão referidos no ponto 1.2.1. desta Informação.

4. A remuneração total ou parcial de todos os titulares do órgão de administração não está dependente dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas.

5. Os custos no exercício com o Conselho de administração, no que se refere à sua remuneração, foram de Euros 193.783.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A Lisgráfica cumpre a quase totalidade das recomendações da CMVM, com excepção, salvo erro e/ou omissão, os seguintes pontos:

-RECOMENDAÇÃO II-2: Não há praticamente qualquer limitação ao exercício do direito de voto, mas os estatutos da sociedade estabelecem um prazo de 8 dias de antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral, o qual é superior à actual recomendação de 2 dias úteis.
Também nunca nos foram solicitados boletins de voto para o exercício por correspondência, e quando tal acontecer o exercício do direito de voto não será prejudicado.

-RECOMENDAÇÃO II-7: Não existem comissões de controlo internas com a atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários, mas esta avaliação é feita permanentemente pelo próprio Conselho de administração, no qual 2 dos 3 membros são independentes, não só em debate frequente entre si sobre estes assuntos, como também em diálogo com a Direcção da Qualidade.

Para além disso, esta avaliação também é realizada pelos representantes da GESTPRINT com quem a Lisgráfica tem um contrato de gestão.

-RECOMENDAÇÃO II-9: A remuneração dos membros do Conselho de Administração é indicada de forma agregada. Na verdade, por um lado, a informação da remuneração individual não diz respeito ao grande público e, quanto aos accionistas, essa informação é do seu conhecimento pois as remunerações são fixadas em Assembleia Geral.

2.GRUPO LISGRÁFICA

O “Grupo Lisgráfica” é constituído pela LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A. e Empresas Subsidiárias e tem como actividade principal a impressão de Revistas, Jornais e Publicações Similares.

As empresas incluídas na consolidação, a sua actividade, data de constituição, respectivas sedes e proporção do capital detido pelo Grupo, em 31/12/2006 são conforme segue:

Empresa	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica, S.A.	Impressão de Revistas e Jornais	27-12-1973	Queluz de Baixo	-
Subsidiárias				
Grafilis, S.A.	Composição, Fotolito, Montagem	18-10-1984	Queluz de Baixo	100,00%
Gestigráfica, SGPS, SA	Gestão de Participações Sociais	02-02-1993	Queluz de Baixo	100,00%

As empresas subsidiárias, Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A., e Gestigráfica – SGPS, S.A. foram incluídas na consolidação pelo método da integração global, de acordo com o estabelecido na alínea a) do artigo 1º do Dec – Lei 238/91, de 2 de Julho.

No exercício de 2003, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos restantes 9,52% do capital social da Gestigráfica, detidos pela Heska, desde a data do aumento de capital, pelo seu valor nominal que ascendeu a 5 mil euros, pelo que a Empresa se apropriou dos 100% acima assinalados, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o acordo é irrevogável.

No final do 1º trimestre ocorreu a alienação à Cofihold da participação de 50%, detida directamente pela Lisgráfica na Gрафedisport, operação que originou um encaixe de cerca de 2 milhões de Euros, envolvendo a participação e prestações acessórias de capital.

No final do exercício, e concretizando o protocolo estabelecido anteriormente, ocorreu a alienação por parte da Gestigráfica da participação de 9,03% do capital da Naveprinter à Global Notícias.

Apesar de a apresentação das Contas Consolidadas não concorrer com informação e dados relevantes para os Senhores Accionistas e para o Mercado, e a despeito da imaterialidade do impacto das Empresas Subsidiárias, vai a Empresa continuar a apresentar no exercício em apreço Contas Consolidadas à luz das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), dando assim satisfação às recomendações dimanadas da CMVM em ordem ao cumprimento da legislação em vigor.

3. BREVES NOTAS E SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA EMPRESAS MÃE E SUBSIDIÁRIAS

3.1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO (POSIÇÃO INDIVIDUAL – POC)

3.1.1. LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, SA.

A Lisgráfica é uma Sociedade Anónima, constituída em 27/12/1973 e tem como objecto social o exercício da indústria gráfica geral, bem como de qualquer outro ramo de comércio ou indústria que deliberar explorar, observando sempre os condicionalismos específicos, porventura existentes, podendo importar e exportar máquinas, equipamentos, matérias-primas ou produtos de qualquer natureza.

Desenvolve como actividade principal a impressão e acabamento de Revistas, Catálogos, Boletins de Totobola/Totoloto desde início de 1995 e, por fim, Listas Telefónicas desde 1998, tendo deixado de desenvolver, de forma autónoma, actividade no segmento de Impressão de Jornais desde o início de 2004, face à constituição da Grafedisport, subsidiária onde a Lisgráfica detinha 50% de posição accionista, que alienou em final do trimestre do exercício em análise.

Tendo como pano de fundo uma conjuntura inicial de estagnação que, a partir de certa altura deslizou para recessão, o Sector Gráfico foi apesar disso agitado por grande dinamismo editorial, com sinais persistentes de concentração, pelo colapso das empresas ligadas às “novas economias”, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços, com intromissão cada vez mais notória das unidades da vizinha Espanha e por uma luta desenfreada no mercado interno, resultante da reacção dos editores face à queda do investimento publicitário, e pela expectativa quanto ao reforço do investimento.

Para além dos condicionalismos derivados da conjuntura económica geral, e dos que particularmente afectaram o Sector Gráfico, a actividade da Lisgráfica durante o exercício de 2006 foi influenciada pela limitação de meios derivada do sinistro ocorrido em Janeiro de 2004 e que provocou a perda de uma rotativa de revistas de 48 páginas.

Com vista a minorar os efeitos de tal limitação, foi decidido instalar uma *Rotativa de Revistas Harris 850* adquirida à Naveprinter, aquando do encerramento do seu Departamento de impressão de revistas, em simultâneo com uma Máquina de acabamento “*Muller- Martini Tempo*” de ponto arame.

A decisão de substituição definitiva da rotativa sinistrada foi adiada para 2007, procurando compatibilizá-la com a opção de Páginas Amarelas sobre a mudança de formato das Listas regionais e, especialmente, da evolução futura do mercado. Ainda assim, o recurso a subcontratação no exterior apenas representou no exercício de 2006 cerca de 40 mil Euros, contra os cerca de 600 mil Euros suportados em 2005.

No que à Empresa respeita, e como reflexo da conjuntura desfavorável e de todos os condicionalismos apontados e atestando o empenhamento da gestão e de toda a Equipa, registou-se uma queda das Vendas Globais, face ao ano de 2005, de cerca de 1,110 mil Euros (3,2%), traduzindo um aumento de cadernos impressos de cerca de 273 milhões (15,1%).

É patente a desproporção entre o registo em valor e em volume de trabalho, que ilustra o esforço a desenvolver em matéria de competitividade de preços para manutenção da posição relativa no mercado.

A comparação relativa entre os dois exercícios denota uma queda no tocante à *Família Revistas Semanais e Mensais* traduzida em cerca de 636 mil Euros, na *Família Suplementos* traduzida em cerca de 693 mil Euros, na *Família Boletins* da ordem de 555 mil Euros e na Família *Listas Telefónicas* da ordem de 1.063 mil Euros, enquanto que se registou um incremento na *Família Folhetos/Catálogos* da ordem de 1.944 mil Euros.

Foi criada uma nova Família denominada “*Exportação*” acautelando a possibilidade de desenvolvimento de um esforço virado para o mercado externo tendo-se registado um volume de negócios no exercício de cerca de 229 mil Euros.

As performances de Vendas ficaram aquém do Orçamento anual num valor rondando os 4,150 milhões de Euros (10,9%).

As rubricas “*Proveitos Suplementares*” e “*Outros Proveitos Operacionais*” geraram, respectivamente, acréscimo de proveitos de cerca de 220 mil Euros e 293 mil Euros traduzindo, no que à primeira diz respeito, a consolidação de uma fonte de receitas derivadas dos Protocolos de Colaboração com a Grafedisport e Outras Empresas a quem a Lisgráfica presta serviços e, no que à segunda respeita, a regularização operada no exercício de alguns saldos devedores de Entidades terceiras.

Dentro dos proveitos operacionais há ainda a registar uma melhoria de cerca de 92 mil Euros observada na Variação da Produção, reflexo de valores de produção em curso de fabricação maiores no final do exercício de 2006 face ao exercício anterior e, em sentido contrário, uma perda de cerca de 131 mil Euros em Trabalhos para a Própria Empresa uma vez que durante o exercício de 2006 não foram incorridos quaisquer custos para tal finalidade.

Por fim, verifica-se uma diferença de cerca de 515 mil Euros na rubrica de Reversão de Ajustamentos uma vez que não se registou nenhum proveito nesta rubrica em 2006, ao contrário do observado em 2005 ano em que se registaram recuperações de créditos já provisionados, designadamente a recuperação parcial - 380 mil euros- de um cliente e de 135 mil euros através da alienação de um equipamento relevado como existência.

Do que antecede decorre que, em resultado do efeito da queda da publicidade e da degradação dos preços por efeito da concorrência, se verificou um desvio global em *Vendas/Prestação de Serviços* de cerca de 1,1 milhões de Euros (3,2%), ligeiramente atenuado pela recuperação verificada em *Proveitos Suplementares, Outros Proveitos Operacionais e Variação da Produção*, respectivamente com 220 mil Euros, 293 mil Euros e 92 mil Euros e contrariada com desvios desfavoráveis registados em *Trabalhos para a Própria Empresa e Reversão de Ajustamentos* com, respectivamente, 131 mil Euros e 515 mil Euros, factores que conjugados determinaram que o desvio global em Proveitos Operacionais se tenha situado em 1,151 milhões de Euros (3,1%).

Tendo prosseguido as medidas tendentes ao controlo rigoroso dos custos e à sua adequação às novas condições de laboração, observou-se uma redução dos Custos Operacionais, face ao exercício de 2005, de cerca de 618 mil Euros para cujo sucesso concorreram todas as rubricas, com excepção dos CMVC.

Os CMVC ilustram um incremento de cerca de 346 mil Euros (3,54%), explicado pelo maior consumo de papel – 852 mil Euros- determinado pelo crescimento das vendas da Família Folhetos/Catálogos, pela queda dos consumos das outras matérias primas e subsidiárias e pelo desaparecimento dos custos de vendas de mercadorias ocorrido em 2005 e associado à venda dos equipamentos alocados a existências.

Os FSE registaram um desagravamento de 400 mil Euros (4,4%), reflectindo uma proporção de 25,8 % da facturação, contra 26,2% em 2005, registando-se uma ligeira melhoria de tal rácio.

As Despesas com Pessoal desagravaram-se em relação ao ano anterior cerca de 263 mil Euros (2,30%), representando 33,1% das Vendas Líquidas, contra 32,8% em 2005.

Face às medidas tomadas no tocante ao reenquadramento e consolidação da dívida financeira, e à redução da mesma, as Despesas Financeiras traduziram um desagravamento de 213 mil Euro (7,6%).

As amortizações do exercício, mantendo consistência com o exercício anterior em matéria de taxas, registaram um decréscimo de 146 mil Euros, reflexo dos abates verificados no exercício, do fim da vida fiscal de alguns bens e do abrandamento de investimento no exercício.

Os Ajustamentos praticados no exercício, destinadas a contemplar Clientes e Outros Devedores de Cobrança Duvidosa, bem como a depreciação de existências, atingiram 2 mil Euros, contra cerca de 135 mil Euros em 2005.

Da comparação com o Orçamento resulta, em matéria de Custos Operacionais, um desvio favorável de cerca de 1,230 milhões de Euros e no tocante a Custos Financeiros um desvio desfavorável, de cerca de 330 mil Euros.

Ainda assim, a Lisgráfica irá continuar a implementar as medidas conducentes à busca de mercados/segmentos compatíveis com as suas capacidades de oferta e, nesse sentido, irá reorganizar a sua estrutura comercial, no controlo rigoroso de custos e guerra ao desperdício e, ainda, no aumento dos níveis de produtividade e eficiência, optimizando a relação custos/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do Sector.

Para além da expressão da economia em termos numéricos, salienta-se a consciência incutida a todos os níveis, das preocupações relativas a produtividade dos recursos, guerra ao desperdício e reforço do espírito de grupo que neste período de crise foi interiorizado e está a ser praticado na Empresa, com resultados cada vez mais visíveis.

Estão a ser produzidos mensalmente Relatórios de Produtividade que depois são analisados e discutidos em simultâneo com os dados de Gestão mensais, de forma articulada e conjunta, procurando explicação para os Desvios em relação ao Programa Económico-Financeiro do exercício e versus o período homólogo do ano anterior, constituindo indispensáveis ferramentas de gestão.

Desenrola-se com normalidade a operação de arrendamento das instalações à ESAF, decorrente da operação imobiliária celebrada em 20/07/04 com a Gespatrimónio, tendo sido suportado no exercício um valor de rendas rondando os 2,9 milhões de euros.

Paralelamente, prosseguem os estudos/projectos levados a cabo por um Gabinete de arquitectura seleccionado pelo ESAF tendo sido já apresentado um Estudo Prévio à Câmara Municipal de Oeiras que aguarda decisão, tendentes à viabilização do Projecto de Desenvolvimento Imobiliário associado à operação em apreço, que visa a rentabilização dos espaços(instalações não necessários à operação industrial da Lisgráfica, tendo sido já identificadas algumas Entidades interessadas em ocupar alguns módulos integrantes daquele Estudo Prévio.

Foi subscrito, com data de 31/07/05, por todas as partes envolvidas, a Acta e Acordo Final associados ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 316/98 e patrocinado pelo IAPMEI que contempla a regularização das dívidas fiscais vencidas.

Prestadas as garantias bancárias solicitadas e concretizados os depósitos colaterais correspondentes, resulta um esquema prestacional mensal iniciado em Agosto para a Segurança Social e em Setembro para a DGI e IAPMEI, que contempla 150 prestações à Segurança Social, 60 prestações à Direcção Geral dos Impostos e 84 prestações ao IAPMEI, o perdão de juros vencidos e juros vincendos calculados à taxa de 2,5% ao ano, enquanto que aquelas contra garantias representavam à partida cerca de 9 milhões de euros, entretanto reduzidas face ao cumprimento do plano prestacional, obrigando-se a sociedade, no âmbito das projecções associadas ao projecto de viabilização apresentado, ao cumprimento de determinados rácios – autonomia financeira e cobertura de immobilizado por capitais permanentes – no final do plano.

O cumprimento do esquema prestacional aprovado implicou um pagamento durante o exercício de 2006 de cerca de 1,157 milhões de euro de capital e cerca de 113 mil euros de juros.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados em exercícios anteriores e a redução de Meios libertos da exploração, decorrentes da conjuntura, decidiu a gestão prosseguir os contactos com as Instituições Financeiras (Bancos e Locadoras) com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível nos anos de 2006 e 2007, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios.

No final do 1º trimestre de 2006 ocorreu a transmissão da posição accionista da Lisgráfica na Grafedisport para a Cofihold, bem como os créditos derivados de prestações acessórias de capital, operação que representou um encaixe de dois milhões de Euros.

Em 29 de Dezembro ocorreu a alienação, por parte da Gestigráfica, da posição accionista de 9,02% detida sobre a Naveprinter à Global Notícias, por um montante de cerca de 859 mil euros concretizando-se, assim, o acordo celebrado entre a Lisgráfica e a Global Notícias subscrito em Agosto de 2004 no tocante a tal operação.

Em Assembleia Geral de accionistas realizada em 07/11/06 foi deliberada a redução de capital de 20.000.000 de Euros para 200.000 euros, no valor de Euros 19.800.000, para cobertura de prejuízos, cobertos mediante a redução do valor nominal unitário de todas as acções, incluindo as acções próprias, de Euros 5 para Euros 0,05.

Por efeito da redução, o capital social da Sociedade passou a estar representado por 4.000.000 de acções ao portador com o valor nominal de 0,05 Euros cada, mantendo-se integralmente subscrito e realizado.

Na mesma Assembleia Geral de accionistas e com o objectivo de reforçar a estrutura de capitais próprios da Lisgráfica e como forma de promover o saneamento e reforçar a viabilidade económico-financeira da Empresa, foi deliberado aumentar o capital social da Lisgráfica de 200 mil Euros para 5 milhões de Euros através da oferta pública de subscrição de 4,8 milhões de Euros, representada pela emissão de 96 milhões de acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 0,05 Euros cada, com subscrição reservada a accionistas no exercício do direito de preferência.

Passando em revista cada uma das Áreas, temos:

IMPRESSÃO DE REVISTAS

Após ter orientado o seu principal esforço de investimento, durante o período 1999/2000 para o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas, este Departamento dispunha, no dealbar do ano de 2002 de uma capacidade instalada rondando os 520 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 500 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

O quadro geral das máquinas era, no final de 2003, composto por oito rotativas, designadamente 2 Harris M850, de 32 páginas A4/28 000 ex./hora, duplexadas entre si, podendo imprimir em conjunto Listas Telefónicas em cadernos de 64 páginas ou, separadas, imprimir cadernos de 32 páginas de revistas, 1 Harris M300 de 16 páginas A4/ 35 000 ex./hora, 2 Harris M600, de 16 páginas A4 /50 000 ex./hora e 3 Heidelberg Sunday 4000 equipadas com dobradeira, instaladas duas durante o exercício de 2000 e a terceira no exercício de 2002, que imprimem cadernos de 48 páginas, operam a velocidades práticas de 35 mil exemplares/hora e estão apetrechadas com um nível de automatização muito mais elevado no domínio da alimentação de papel, lavagem de cauchús, mudança de chapas, acerto de cor, etc.

Como complemento das citadas rotativas M4000 foram instalados sistemas de colagem em linha “Planatol” que permitem o acabamento/colagem de revistas em simultâneo com a respectiva impressão, bem como sistemas de corte circular “Rima” que permite o acabamento das revistas em linha de impressão, evitando a sua passagem ao sector de acabamento quando não careçam de agrafamento.

À saída da linha de impressão as M4000 foram apetrechadas com stackers “Civiemme” possibilitando a organização automática dos balotes.

A reformulação do parque de rotativas comerciais a que aludimos implicou, no seu conjunto, um acréscimo de capacidade da ordem dos 50% que, face à conjuntura que vivemos, determina algum excesso de capacidade.

O Departamento dispunha, no final de 2003, de uma capacidade instalada rondando os 700 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 700 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

Tal capacidade foi reduzida no mês de Janeiro de 2004 em consequência de um incêndio que deflagrou nas instalações da Empresa, provocando danos significativos em duas rotativas de 48 páginas; tomadas as medidas convenientes no sentido de minorar os efeitos que tal sinistro provocou, em matéria de cumprimento de contratos com Clientes, foi recuperada a Rotativa nº 9 em cerca de três semanas, enquanto que no que respeita à Rotativa nº 8, parcialmente perdida, foi negociada a respectiva indemnização por parte da Seguradora e encarada a respectiva substituição.

Numa primeira fase, resolveu-se a perda de capacidade produtiva através do recurso a subcontratação no exterior, nomeadamente no tocante a Listas Telefónicas e adiou-se a transferência dos trabalhos da Lusomundo da Naveprinter para a Lisgráfica.

Encarada a substituição da rotativa sinistrada, foi adiada tal decisão, na expectativa da consolidação de diversos projectos futuros, por forma a podermos seleccionar um equipamento adequado à execução desses projectos.

Nessa medida, e como forma de compensar temporariamente a escassez de meios, foi decidido adquirir à Naveprinter, no quadro da sua decisão de encerrar o Departamento de impressão de Revistas, as duas rotativas M850 e M300, tendo sido instalada durante o ano de 2005 a primeira por forma a minorar, em parte, a capacidade perdida e tendo sido alienada a segunda por desnecessária.

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

1. Produção das Rotativas

2004	2005	2006
1.632.780	1.809.025	2.082.635

Unidade: Mil cadernos de 16 Pág.

Tendo-se registado um crescimento de cerca de 160 milhões de cadernos (13,1%), em 2003 face a 2002, fruto da diversificação de produção à custa da impressão de Listas Telefónicas a quatro cores no 2º semestre, no exercício de 2004 consolidou-se tal crescimento que registou uma expressão de 119 milhões de cadernos (8%), que voltou a confirmar-se em 2005 em que se observou novo incremento de cerca de 177 milhões de cadernos (10,8%) , sendo que a análise da evolução se limita à impressão Heat-Set. Registou-se um incremento a nível de Heat-Set em 2005, ano em que do total da actividade da Empresa cerca de 89,22% foi impresso em Heat-Set, enquanto que no ano transacto se verificara um rácio de 86,98%. Em 2006 voltou a reforçar-se a tendência, registando-se um incremento de cerca de 274 milhões de cadernos (15,1%), tendo-se observado uma melhoria dos rácios de produtividade sob qualquer prisma que os analisemos.

2.Produção Linhas Ponto Arame

2004	2005	2006
228.757	249.280	287.339

Unidade: Mil Exemplares

3.Produção Linhas Capa Colada

2004	2005	2006
17.414	18.020	17.421

O Sector de Acabamento de Revistas dispunha, no final do exercício, dos seguintes meios:

Três Linhas “*Muller-Martini*” modelo 300, uma Linha “*Heidelberg*”, apoiadas em “backup” por duas máquinas mais antigas, e ainda uma encartadora-envelopadora “*Bhurs Zandaam*”, uma Linha “*Muller-Martini*” modelo *Tempo*, com capacidade para 15 mil exemplares/hora e um Sistema de tambor “*Ferag*” com capacidade para 22 mil exemplares/hora.

A capacidade global prática desta Linha passou, assim, de 45.000 ex./hora para 71.000 ex./hora, conferindo a este sector muito maior segurança e tranquilidade.

No que respeita à Linha de Capa Colada a aquisição em 1997 da nova unidade “*Corona*” veio dar resposta ao aumento de procura deste tipo de acabamento de revistas.

A capacidade global prática desta Linha passou de 7 500 ex./hora para 17 000 ex./hora, que, julgamos, nos deixa tranquilos para os próximos anos.

Procedeu-se, ainda, à instalação de um sistema de numeração e controlo automático “*Image*” montado em linha de alimentação “*Bhurs Zandaam*” para revistas sujeitas a sorteio.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à instalação de duas unidades Computer-To-Plate (CTP) para revistas, à semelhança do que se havia feito para o Departamento de Jornais, tendo-se optado pelo fabricante “*Creo Scitex*” tendo, em 2002, tal linha sido complementada com a instalação de uma unidade adicional do mesmo fabricante, linhas substituídas em 2003 por outras mais evoluídas tecnicamente, do fabricante “*Creo*”.

A Linha de Produção de Ponto Arame registou um expressivo crescimento de cerca de 38 milhões de exemplares (15,3%), enquanto que na Capa Colada se registou um decréscimo da ordem dos 599 mil exemplares (3,3%), indicando um ligeiro o emagrecimento das revista.

Por seu turno, o acabamento na Martini de Listas Telefónicas representou, durante o exercício, cerca de 5,4 milhões de volumes, registando um nível abaixo do ano anterior.

IMPRESSÃO DE BOLETINS

A actividade deste Departamento evoluiu do seguinte modo:

Produção de Boletins

2004	2005	2006
167.122	120.800	4.088

Unidade: Mil Boletins

O exercício de 2005 terá sido o derradeiro ano de produção regular por parte da Lisgráfica, porquanto o lançamento de novo concurso redundou na adjudicação a duas unidades Gráficas da produção de Boletins necessários à satisfação das necessidades da Santa Casa.

A produção assinalada para o exercício de 2006 representa uma produção pontual destinada a satisfazer as necessidades da Sojogo, entidade encarregada da adjudicação dos boletins de Totobola para Moçambique tratando-se, assim, de uma experiência cujo sucesso não está ainda provado.

Dispondo o Departamento ainda da totalidade do equipamento ainda que sem pessoal adstrito, a respectiva utilização está condicionada à possibilidade de encontrar uma utilização alternativa, uma vez que a eventual utilização para a finalidade inicial está comprometida.

IMPRESSÃO DE LISTAS TELEFÓNICAS

No final do 1º semestre de 1998 arrancou um novo Departamento em resultado da operação de aquisição, concretizada por escritura pública outorgada em 24/6/98, das instalações gráficas das Páginas Amarelas associada à celebração de um contrato “Printing Agreement” para impressão e acabamento de todas as Listas Telefónicas, de Telex e Fax editadas por aquela Entidade em Portugal.

O início da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, despoletado no 2º semestre de 2002 com a Lista Classificada de Lisboa, determinou uma reorganização do nosso Departamento de Impressão, que passou a ocupar-se da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, à custa das duas rotativas Heidelberg M850 duplexadas, bem como das rotativas de 48 páginas Heidelberg Sunday 4000.

O antigo e clássico Departamento de Listas dispõe de duas rotativas Harris 850, uma máquina plana para impressão de capas e uma máquina de acabamento de capa colada, para além de outros equipamentos para operações acessórias, ocupando-se exclusivamente da impressão dos cadernos até três cores, bem como do acabamento, havendo coordenação e interacção dos dois Departamentos, sob uma Direcção comum, no sentido da harmonização das produções respectivas.

O Departamento produziu em 2006 cerca de 5,4 milhões de volumes de Listas nacionais, registando um decréscimo de cerca de 37 milhões de cadernos de 16 páginas em relação a 2005 (424 milhões de cadernos em 2005, contra 387 milhões em 2006) circunstância que tem como pressupostos uma reformulação editorial e um ajustamento da política de distribuição levados a cabo pelo Editor.

INVESTIMENTO

Pelo terceiro ano consecutivo o investimento manifestou um comportamento atípico, relativamente ao comportamento usual desta variável na Empresa.

Com efeito, e tendo em consideração a prática corrente da Lisgráfica, o esforço de investimento em cada exercício pauta-se por valores apreciáveis, mesmo em anos em que não se verifique substituição de rotativas, como foi o caso dos referidos três últimos exercícios.

Depois de no exercício de 2004 se ter registado um desinvestimento que, em termos brutos, se cifrou em cerca de 72 milhões de Euros, fundamentalmente em resultado do abate dos Terrenos e Instalações objecto da Operação Imobiliária e ainda dos Activos entregues à Grafedisport como forma de realização de capital e prestações acessórias bem como do abate da Rotativa de Revistas sinistrada, e apesar de terem ocorrido adições representativas de cerca de 3,2 milhões de Euros, voltou em 2005 a verificar-se um desinvestimento ainda que com uma expressão menor, de cerca de um milhão de Euros.

Em 2006, tendo as adições representado cerca de 684 mil Euros, verificaram-se abates/alienações de cerca de 1,5 milhões de Euros e regularizações com valor marginal de 12 mil Euros, realidades que concorreram para um desinvestimento líquido a rondar os 832 mil Euros.

- Investimentos em Curso:

Nesta classe verificou-se uma queda de cerca de 292 mil Euros, resultante de adições de 80 mil Euros, de transferência para Imobilizações Corpóreas de cerca de 360 mil Euros e de regularizações de cerca de 12 mil Euros. Os aumentos dizem respeito a investimentos iniciados no exercício, no âmbito de Estudos tendentes ao Projecto de Licenciamento Industrial e Ambiental.

- Imobilizações Corpóreas

Nesta classe verificaram-se adições de cerca de 684 mil Euros e abates/alienações de cerca de 1,5 milhões de Euros. Entre as primeiras sobressaem Grandes Reparações levadas a cabo nas Centrais de Ar Comprimido e Refrigeração envolvendo, respectivamente, investimentos da ordem de 50 mil Euros e 40 mil Euros, uma Grande Reparação na Rotativa nº 9 implicando um investimento de cerca 31 mil Euros, uma Reparação Geral na Estufa da Rotativa nº 3, implicando um investimento de cerca de 41 mil Euros, uma Grande Reparação no Sistema de Acabamento Ferag, envolvendo um investimento de cerca de 66 mil Euros, a instalação de Stacker no Empilhador da Muller Martini, implicando um investimento da ordem de 54 mil Euros, a montagem de uma Terceira Banda na Rotativa nº 9, envolvendo um investimento de cerca de 27 mil Euros e a construção de um WC e Escritório no Sector de Acabamento, implicando um investimento de cerca de 49 mil Euros.

Em matéria de Abates/ Alienações registaram-se em Equipamento Básico abates/alienações no valor de cerca de 1,5 milhões de euros, correspondentes a equipamentos totalmente amortizados.

- Imobilizações Financeiras

Representam, em termos líquidos, uma queda de 1,451 milhões Euros, remetendo-se para a Nota 11 do Anexo uma análise mais detalhada de tal evolução.

FINANÇAS

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de Financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 4,3 milhões de Euros e a título de juros, cerca de 500 mil Euros, ao mesmo tempo que foram liquidadas emissões de Papel Comercial representando em termos de capital cerca de 915 mil Euros e, a título de juros cerca de 433 mil Euros.

Foram liquidadas rendas de Contratos de Locação Financeira no valor de 2,238 milhões de Euros; deste valor, cerca de 1,8 milhões de Euros representam amortização de capital e 431 mil Euros respeitam a juros dos mesmos contratos.

As responsabilidades de Capital, relativamente aos Contratos de Leasing em vigor em 31/12/2006, representam um total de 9,400 milhões de Euros, subdivididos em 3,141 milhões de Euros qualificados como responsabilidades a um ano e 6,259 milhões de Euros como responsabilidades a M/L prazo.

Durante o exercício foi cancelado o Contrato de Locação Financeira com a Sudleasing, envolvendo a rotativa nº 5 e celebrado um novo contrato com a mesma Entidade, em moldes mais favoráveis para a Lisgráfica e tendo como objecto o mesmo equipamento.

O valor do esforço ligado à regularização de Passivo Financeiro e respectivos encargos no exercício representou, em consequência, cerca de 9,3 milhões de Euros, a acrescer a cerca de 60 milhões reduzidos durante os exercícios de 2004 e 2005; o Passivo Financeiro remanescente representa, no final do exercício, cerca de 29 milhões de Euros, fixando-se assim em cerca de 35% da respectiva extensão em finais de 2003.

Não houve, no exercício de 2006, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos no exercício.

Em Assembleia Geral de accionistas realizada em 07/11/06 foi deliberada a redução de capital de 20.000.000 de Euros para 200.000 euros, no valor de Euros 19.800.000, para cobertura de prejuízos, cobertos mediante a redução do valor nominal unitário de todas as acções, incluindo as acções próprias, de Euros 5 para Euros 0,05.

Por efeito da redução, o capital social da Sociedade passou a estar representado por 4.000.000 de acções ao portador com o valor nominal de 0,05 Euros cada, mantendo-se integralmente subscrito e realizado.

Na mesma Assembleia Geral de accionistas e com o objectivo de reforçar a estrutura de capitais próprios da Lisgráfica e como forma de promover o saneamento e reforçar a viabilidade económico-financeira da Empresa, foi deliberado aumentar o capital social da Lisgráfica de 200 mil Euros para 5 milhões de Euros através da oferta pública de subscrição de 4,8 milhões de Euros, representada pela emissão de 96 milhões de acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 0,05 Euros cada, com subscrição reservada a accionistas no exercício do direito de preferência.

A evolução da cotação das acções ao longo do exercício de 2006 pode ser ilustrada no gráfico integrado no capítulo dedicado ao Governo das Sociedades, que evidencia uma subida no início do ano (1,68 em 31/12/05 para 1,89 em 28/02/06), uma descida que perdurou até Dezembro (1,77 em 31/03/06, para 1,15 em 31/12/06).

A Lisgráfica não adquiriu, no período, quaisquer acções próprias mantendo, na sua carteira, as 52.213 acções próprias que detinha no final do exercício anterior, a que se juntam 110.713 acções do Millennium BCP, registadas em “*Outras Aplicações de Tesouraria*”.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados em exercícios anteriores e a redução de Meios libertos da exploração, decorrentes da conjuntura, decidiu a gestão prosseguir os contactos com as Instituições Financeiras (Bancos e Locadoras) com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível no ano de 2006 e 2007, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios.

Desenrola-se com normalidade a operação de arrendamento das instalações à ESAF, decorrente da operação imobiliária celebrada em 20/07/04 com a Gespatrimónio, tendo sido suportado no exercício um valor de rendas rondando os 2,9 milhões de euros.

Paralelamente, prosseguem os estudos/projectos levados a cabo por um Gabinete de arquitectura seleccionado pelo ESAF tendo sido já apresentado um Estudo Prévio à Câmara Municipal de Oeiras que aguarda decisão, tendentes à viabilização do Projecto de Desenvolvimento Imobiliário associado à operação em apreço, que visa a rentabilização dos espaços(instalações não necessários à operação industrial da Lisgráfica, tendo sido já identificados algumas Entidades interessadas em ocupar alguns módulos integrantes daquele Estudo Prévio.

Foi subscrito com data de 31/07/05, por todas as partes envolvidas, a Acta e Acordo Final associados ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 316/98 e patrocinado pelo IAPMEI que contempla a regularização das dívidas fiscais vencidas.

Prestadas as garantias bancárias solicitadas e concretizados os depósitos colaterais correspondentes, resulta um esquema prestacional mensal iniciado em Agosto para a Segurança Social e em Setembro para a DGI e IAPMEI, que contempla 150 prestações à Segurança Social, 60 prestações à Direcção Geral dos Impostos e 84 prestações ao IAPMEI, o perdão de juros vencidos e juros vincendos calculados à taxa de 2,5% ao ano, enquanto que aquelas contra garantias representavam à partida cerca de 9 milhões de euros, entretanto reduzidas face ao cumprimento do plano prestacional, obrigando-se a sociedade, no âmbito das projecções associadas ao projecto de viabilização apresentado, ao cumprimento de determinados rácios – autonomia financeira e cobertura de imobilizado por capitais permanentes – no final do plano.

O cumprimento do esquema prestacional aprovado implicou um pagamento durante o exercício de 2006 de cerca de 1,157 milhões de Euros de capital e cerca de 113 mil Euros de juros.

No final do 1º trimestre de 2006 ocorreu a transmissão da posição accionista da Lisgráfica na Gрафedisport para a Cofihold, bem como os créditos derivados de prestações acessórias de capital, operação que representou um encaixe de 2 milhões de Euros.

Em 29 de Dezembro ocorreu a alienação, por parte da Gestigráfica, da posição accionista de 9,02% detida sobre a Naveprinter à Global Notícias, por um montante de cerca de 859 mil Euros concretizando-se, assim, o acordo celebrado entre a Lisgráfica e a Global Notícias subscrito em Agosto de 2004 no tocante a tal operação.

MERCADO

As considerações feitas no capítulo 1.1 a propósito da conjuntura económica que caracterizou o exercício em análise explicam e fundamentam as dificuldades sentidas pelos agentes económicos durante o ano de 2006.

Os indicadores referidos no tocante a cada Departamento Produtivo da Lisgráfica explicitam com mais pormenor a forma como tal fenómeno condicionou a actividade da Empresa ao longo do exercício e indiciam os efeitos resultantes das medidas empreendidas pela gestão no que se prende com a composição qualitativa da produção e vendas da Lisgráfica.

Registaram-se algumas movimentações indicando a tentativa de entrada no mercado português de concorrência estrangeira e, tendo em conta a quebra da procura, acentuou-se a competitividade entre as unidades nacionais, desencadeando pressões muito fortes em matéria de *pricing*; no que respeita à Lisgráfica, o fenómeno referido não teve outras consequências para além da necessidade de ajustamento da tabela de preços, medida que faz ganhar maior acuidade nas preocupações cada vez maiores em matéria de produtividade e rentabilidade de recursos, preocupação acrescida em função da limitação de recursos decorrente do sinistro.

No segmento do Mercado de Revistas de Grande Tiragem a quota de mercado que a Lisgráfica detém manteve-se nos 85%, enquanto que após a venda da participação na Gрафedisport a Lisgráfica deixou de figurar, mesmo indirectamente, no ranking do segmento do Mercado de Jornais Diários, mantendo exclusividade nos segmentos de “Listas Telefónicas” e praticamente desaparecendo pelas razões apontadas em “Boletins”.

No que ao Mercado Editorial respeita, prosseguiram as movimentações, mantendo-se o mercado particularmente dinâmico, e com sinais cada vez mais fortes de tendência para a concentração, como indica a operação visando os títulos da Lusomundo Media.

Durante o ano a Lisgráfica ganhou a impressão de algumas publicações novas, designadamente as revistas de periodicidade mensal “Grazia”, editada pela Media Capital, “Stuff”, editada pela Edimpresa, “Gente jovem”, “Êxito” e “Mega Score”, todas editadas pela RGB Editora, a publicação ainda de periodicidade mensal, destinada a promover o

Alentejo, “Mais Alentejo”, editada pela Mais Alentejo-Promoção e Imagem, as revistas “Mulher Moderna Cozinha Brazil”, editada pela Impala, numa tentativa de penetração no mercado do país irmão, e “Quattro Ruote, publicação virada para o mundo automóvel, a revista “Certa” de periodicidade quinzenal, da responsabilidade editorial da Edimpresa, e distribuída nas lojas do Modelo/Continente, a revista de publicação semanal “Revista Viva +”, editada pela Global Notícias, a revista “Tempos Livres”, editada pelo Inatel, em resultado da adjudicação de tal trabalho em concurso público, organizado pelo Editor, a impressão dos Folhetos/Catálogos para os Grupos Plus, Chip 7, Carrefour (Espanha) através do Grupo Altavia e Portugal através da Agência Media 1881 e Colombo através da Agência Image Factory.

Como consequência da suspensão das respectivas publicações, por parte do Editor, deixaram de ser impressas as revistas “DNA” e “Grande Reportagem”, editadas pela Global Notícias, em resultado da reformulação editorial de suplementos levada a cabo pelo Editor e “Caras Angola” uma publicação semanal da Edimpresa, virada para o mercado angolano.

Ainda por motivo de suspensão de publicação, deixámos de imprimir o “Guia da Semana norte+sul” da Sojornal, e o suplemento semanal editado pela Presselivre “Correio Vidas”, e ainda a revista técnica, de periodicidade mensal, da Edimpresa “Microsoft Magazine”, e a revista da Medipress “Blitz”, que havia substituído o jornal homônimo e, finalmente, o suplemento do Expresso, de periodicidade semanal, “Suplemento Espaços & Casas”.

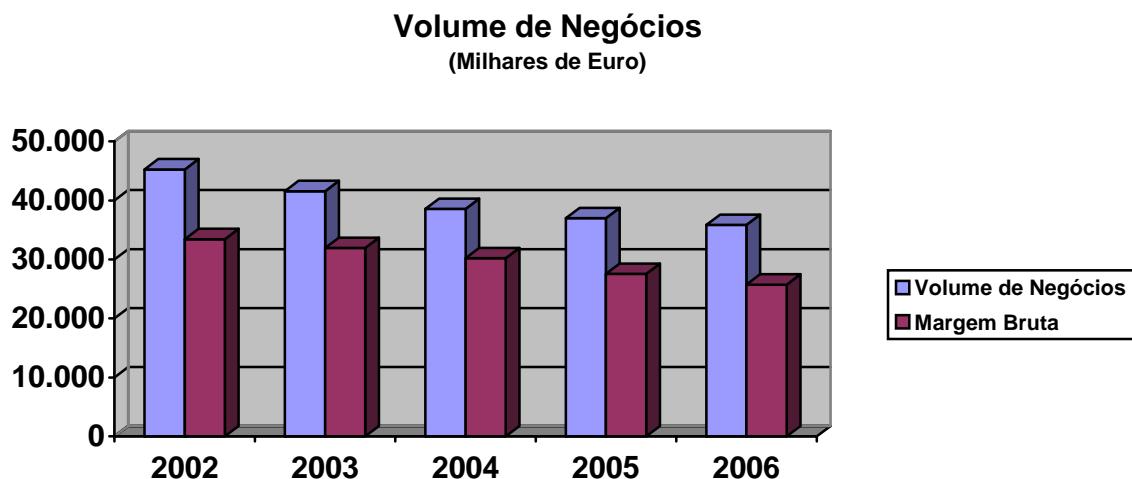
Consciente de que a conjuntura que atravessamos não era a mais favorável e face aos condicionalismos de crescimento dos segmentos em que tradicionalmente opera, a Lisgráfica tomou medidas tendentes a minorar os efeitos da conjuntura buscando em outros segmentos do mercado compensações para a retracção registada no segmento das Revistas e publicações periódicas.

Em matéria de Listas Telefónicas, cumpriu-se o programa de impressão fixado pelo editor, estando a funcionar em condições normais a impressão em quadricromia das Listas Classificadas ou Mistas no departamento de Impressão de Revistas, para o que dispomos das duas M850 duplexadas e das duas Sunday 4000, e para a impressão dos cadernos até três cores, continuamos a dispor da Rotativa Harris II do Departamento de Listas Telefónicas.

Estuda-se, em conjunto com o editor, a melhor solução para uma eventual mudança de formato de algumas Listas Regionais, com vista a optimizar consumos de papel e custos de impressão.

LISGRÁFICA (POC)		
	Dez/05	Dez/06
Activo Total	70.815.015	88.401.183
Passivo Total	70.086.223	78.659.130
Capital Próprio	728.792	9.742.053
Resultados Líquidos	(2.465.405)	(1.410.436)
Vendas Líquidas	33.923.613	35.034.073

A evolução ao longo dos últimos cinco anos, em termos individuais, é ilustrada pelos quadros abaixo:



A evolução ilustrada no gráfico acima reflecte a queda sucessiva entre 2002 e 2006, derivada da falência do investimento publicitário e da inerente reacção dos editores, por um lado e, do efeito ajustamento de preço implícito à concorrência agudizada ao longo destes anos.

Os valores de 2006 traduzem uma queda líquida de cerca de 1,1 milhões de Euros (3,2%) com efeitos compensadores nas várias Famílias de Produtos.

Assim, na Família “Revistas Semanais/Mensais” regista-se um desvio desfavorável de cerca de 636 mil Euros (4%), decorrente de tal Família ser a mais sensível à queda da publicidade/pressão do *pricing*.

Em “Suplementos” verifica-se um desvio desfavorável de cerca de 693 mil Euros (9,3%), consequência da suspensão de alguns títulos por parte da Global Notícias – *Grande Reportagem e DNA* – e suspensão por parte da Cofina da revista *Correio Vidas*.

Foi criado uma nova Família denominada “Exportação” acautelando a possibilidade de desenvolvimento de um esforço virado para o mercado externo tendo-se registado um volume de negócios no exercício de cerca de 229 mil Euros.

No tocante a “Boletins” e face ao histórico dos últimos anos, suspendeu-se a relação com a Santa Casa não se renovando o contrato de impressão de boletins, pelo que a actividade desenvolvida no exercício de 2006 se resume à impressão de um lote de boletins de *totobola* para Moçambique.

Nestas condições o desvio desfavorável registado, da ordem de 555 mil euros (95,7%) deve ser analisado face a tal realidade.

A variação registada na Família “Listas Telefónicas” foi negativa e da ordem de 1,063 milhões de Euro (18,9%), traduzindo a queda nos volumes e cadernos distribuídos pelo Editor e o início da mudança de formato de algumas Listas Regionais, reflectindo a mudança de política de distribuição de listas por parte do Editor.

Os “Catálogos/Folhetos” com um crescimento da ordem dos 1,944 milhões de Euros (46,2%), ilustram a opção tomada pela Empresa de, não acompanhando a degradação de margens desencadeada pelos Editores neste segmento, face à situação do sector gráfico, continuar atenta a este segmento, procurando fidelizar os Grupos mais importantes e aproveitar o desenvolvimento que, nos últimos anos, se tem registado neste nicho.

As rubricas “Proveitos Suplementares” e “Outros Proveitos Operacionais” geraram, respectivamente, acréscimo de proveitos de cerca de 220 mil Euros e 293 mil Euros traduzindo, no que à primeira diz respeito, a consolidação de uma fonte de receitas derivadas dos Protocolos de Colaboração com a Gafedisport e Outras Empresas a quem a Lisgráfica presta serviços e, no que à segunda respeita, a regularização operada no exercício de alguns saldos devedores de Entidades terceiras.

Dentro dos proveitos operacionais há ainda a registar uma melhoria de cerca de 92 mil Euros observada na Variação da Produção, reflexo de valores de produção em curso de fabricação maiores no final do exercício de 2006 face ao exercício anterior e, em sentido contrário, uma perda de cerca de 131 mil Euros em Trabalhos para a Própria Empresa uma vez que durante o exercício de 2006 não foram incorridos quaisquer custos para tal finalidade.

Por fim, verifica-se uma diferença de cerca de 515 mil Euros na rubrica de Reversão de Ajustamentos uma vez que não se registou nenhum proveito nesta rubrica em 2006, ao contrário do observado em 2005 ano em que se registaram recuperações de créditos já provisionados, designadamente a recuperação parcial - 380 mil euros- de um cliente e de 135 mil euros através da alienação de um equipamento relevado como existência.

Do que antecede decorre que, em resultado do efeito da queda da publicidade e da degradação dos preços por efeito da concorrência, se verificou um desvio global em *Vendas/Prestação de Serviços* de cerca de 1,1 milhões de Euros (3,2%), ligeiramente atenuado pela recuperação verificada em *Proveitos Suplementares*, *Outros Proveitos Operacionais* e *Variação da Produção*, respectivamente com 220 mil Euros, 293 mil Euros e 92 mil Euros e contrariada com desvios desfavoráveis registados em *Trabalhos para a Própria Empresa e Reversão de Ajustamentos* com, respectivamente, 131 mil Euros e 515 mil Euros, factores que conjugados determinaram que o desvio global em Proveitos Operacionais se tenha situado em 1,151 milhões de Euros (3,1%).

Esta análise é, contudo, aparente e resulta enviesada porquanto não reflecte a influência da diferente incorporação de matéria-prima (papel) registada nos dois períodos, nem dos preços médios de compra de tais matérias.

Comparação mais verdadeira é a que traduz a evolução do Valor Acrescentado – diferença entre o Volume de Negócios e os Custos de Matérias Primas Incorporadas

Assim:

	2002	2003	2004	2005	2006
Volume de Negócios	45.769	41.565	38.568	37.000	35.850
Matérias Consumidas					
Papel	5.505	2.992	2.941	3.163	4.016
Matérias subsidiárias	6.829	6.621	5.409	6.277	6.104
Valor Acrecentado	33.435	31.952	30.218	27.560	25.730
% Val Acresent / Volume de Negócios	73,1%	76,9%	78,4%	74,5%	71,8%

Unidade: Milhares de Euros.

Concluímos assim que, corrigido o efeito da incorporação de matérias-primas, as Vendas regrediram, pelas razões apontadas, cerca de 1,483 milhões de Euros, equivalentes a 4,4% entre 2002 e 2003, 1,734 milhões de Euros, equivalentes a 5,3% entre 2003 e 2004, 2,658 milhões de Euros, equivalentes a 8,8% entre 2004 e 2005 e 1,830 milhões de Euros, equivalentes a 6,6% entre 2005 e 2006.

Enfatizando esta realidade, poderemos sublinhar que, caso as 88 mil toneladas de papel transformado fossem fornecidas integralmente pela Lisgráfica, se valorizadas a preços médios de 2006, as Vendas Totais do ano atingiriam cerca de 70 milhões de Euros.

Quando relacionado com o Volume de Negócios, o Valor Acrecentado registou crescimento de cerca de 3,8 pontos entre os exercícios de 2002 e 2003 (de 73,1% em 2002, para 76,9% em 2003) e persistiu numa trajectória de crescimento cifrado em 1,5% entre 2003 e 2004 (de 76,9% em 2003 para 78,4% em 2004), voltando à queda de 3,9 pontos em 2005 (de 78,4% em 2004 para 74,5% em 2005), agravada em 2006 com nova queda de 2,7% (de 74,5% em 2005 para 71,8% em 2006).

Esta evolução está directamente ligada à maior incorporação de papel transformado e/ou sem transformação e à evolução do custo das matérias primas, bem como à respectiva rentabilidade de utilização – registou-se em 2001 vendas de papel não transformado de cerca de 1,8 milhões de Euros, enquanto em 2002 tal operação foi reduzida para 83 mil Euros, em 2003 para 46 mil Euros, em 2004 situou-se nos 71 mil Euros e não teve expressão em 2005 e 2006.

Por outro lado, e tendo em conta a evolução da operação “Folhetos/Catálogos”, em 2002 registou-se um incremento na incorporação de papel desta Família de cerca de 1,8 milhões de Euros que, pelas razões apontadas, levou em 2003 a uma queda em tal componente da ordem de 1,9 milhões de Euros para em 2004 representar cerca de 2 milhões de Euros, e em 2005 cerca de 2,4 milhões de Euros, que cresceram em 2006 para perto de 3,6 milhões de Euros devendo ainda assinalar-se que as preocupações no domínio da melhor rentabilização dos meios e matérias-primas começaram já a dar os seus frutos.

Tendo prosseguido as medidas tendentes ao controlo rigoroso dos custos e à sua adequação às novas condições de laboração, observou-se uma redução dos Custos Operacionais, face ao exercício de 2005, de cerca de 618 mil Euros para cujo sucesso concorreram todas as rubricas, com excepção dos CMVC.

Os CMVC ilustram um incremento de cerca de 346 mil Euros (3,54%), explicado pelo maior consumo de papel – 852 mil Euros- determinado pelo crescimento das vendas da Família Folhetos/Catálogos, pela queda dos consumos das outras matérias primas e subsidiárias e pelo desaparecimento dos custos de vendas de mercadorias ocorrido em 2005 e associado à venda dos equipamentos alocados a existências.

Os FSE registaram um desagravamento de 400 mil Euros (4,4%), reflectindo uma proporção de 25,8 % da facturação, contra 26,2% em 2005, registando-se uma ligeira melhoria de tal rácio.

As Despesas com Pessoal desagravaram-se em relação ao ano anterior cerca de 263 mil Euros (2,30%), representando 33,1% das Vendas Líquidas, contra 32,8% em 2005.

Face às medidas tomadas no tocante ao reenquadramento e consolidação da dívida financeira, e à redução da mesma, as Despesas Financeiras traduziram um desagravamento de 213 mil Euro (7,6%).

As amortizações do exercício, mantendo consistência com o exercício anterior em matéria de taxas, registaram um decréscimo de 146 mil Euros, reflexo dos abates verificados no exercício, do fim da vida fiscal de alguns bens e do abrandamento de investimento no exercício.

Os Ajustamentos praticados no exercício, destinadas a contemplar Clientes e Outros Devedores de Cobrança Duvidosa, bem como a depreciação de existências, atingiram 2 mil Euros, contra cerca de 135 mil Euros em 2005.

Da comparação com o Orçamento resulta, em matéria de Custos Operacionais, um desvio favorável de cerca de 1,230 milhões de Euros e no tocante a Custos Financeiros um desvio desfavorável, de cerca de 330 mil Euros.

Ainda assim, a Lisgráfica irá continuar a implementar as medidas conducentes à busca de mercados/segmentos compatíveis com as suas capacidades de oferta e, nesse sentido, irá reorganizar a sua estrutura comercial, no controlo rigoroso de custos e guerra ao desperdício e, ainda, no aumento dos níveis de produtividade e eficiência, optimizando a relação custos/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do Sector.

Para além da expressão da economia em termos numéricos, salienta-se a consciência incutida a todos os níveis, das preocupações relativas a produtividade dos recursos, guerra ao desperdício e reforço do espírito de grupo que neste período de crise foi interiorizado e está a ser praticado na Empresa, com resultados cada vez mais visíveis.

Estão a ser produzidos mensalmente Relatórios de Produtividade que depois são analisados e discutidos em simultâneo com os dados de Gestão mensais, de forma articulada e conjunta, procurando explicação para os Desvios em relação ao Programa Económico-Financeiro do exercício e versus o período homólogo do ano anterior, constituindo indispensáveis ferramentas de gestão.

Os Resultados Operacionais apurados foram de 61 mil Euros, inferiores aos do exercício anterior cerca de 533 mil Euros porquanto, variando negativa e nominalmente os Proveitos Operacionais cerca de 1.151 mil Euros, aconteceu que as variações dos Custos Operacionais registaram uma melhoria de cerca de 618 mil Euros.

A queda dos Proveitos Operacionais fez-se sentir particularmente em Vendas e Prestação de Serviços, com uma expressão de cerca de 1.110 milhões de Euros, com uma quota-parte de cerca de 415 mil Euros em Vendas de Mercadorias, face à não verificação no exercício da venda de equipamentos alocados a existências registada em 2005; a queda na Prestações de Serviços, já explicitada em capítulo próprio, atingiu a expressão de 695 mil Euros, enquanto que a variação registada em Proveitos Suplementares e Outros Proveitos Operacionais foi marginal.

Os Resultados Financeiros assumiram a expressão de (2.447) mil Euros, contra (2.605) mil Euros em 2005 melhorando, em consequência, cerca de 158 mil Euros. Esta evolução deriva do desagravamento dos Encargos Financeiros em 213 mil Euros, cujas causas foram já referidas no capítulo da Despesa, bem como de um decréscimo cifrado em cerca de 54 mil Euros de Proveitos Financeiros.

Os Resultados Correntes assumem, assim, a expressão de (2.508) mil Euros, contra (2.133) mil Euros em 2005, somatório dos Resultados Operacionais e Resultados Financeiros, homólogos.

Os Resultados Extraordinários variaram negativamente cerca de 680 mil Euros, por efeito conjugado do incremento de 229 mil Euros dos Custos Extraordinários (358 mil Euros em 2005, contra 587 mil Euros em 2006), e da redução mais expressiva dos Proveitos Extraordinários que registaram uma queda de cerca de 451 mil Euros (1.159 mil Euros em 2005, contra 708 mil Euros em 2006). O detalhe de Custos e Proveitos Extraordinários consta da Nota 46 do Anexo às Contas.

O Cash-flow atingiu 3.054 mil Euros, contra 4.388 mil Euros em 2005, registando uma queda de 1.334 mil de Euros, reflexo da redução registada no Resultado Líquido de cerca de 1.055 mil Euros, já amplamente justificado e de uma descida das rubricas Amortizações/Provisões/Ajustamentos de cerca de 279 mil Euros, conjugados com um agravamento inexpressivo da tributação autónoma.

A Autonomia Financeira, já influenciada do efeito tributário, e como consequência do agravamento do resultado e do saneamento financeiro levado a cabo no final do semestre, factores que conjugados determinaram a degradação dos Capitais Próprios em cerca de 7,6 milhões de Euros, conjugada com a redução do Activo Líquido (17,6 milhões de Euros) atingiu a expressão de 1,03%, contra o índice de 11% verificado em 2005.

O EBITDA registou uma descida de cerca de 812 mil Euros, em resultado da evolução negativa do resultado, conjugada com a queda das Amortizações/Ajustamentos.

3.1.2 "GRAFILIS - REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A."

A Grafilis tem por objecto a actividade de pré-impressão de importância primordial para o trabalho a executar pela Lisgráfica S.A. compreendendo as fases de composição, fotografia, selecção de cores e preparação de fotolitos para posterior impressão.

A Grafilis, com o capital social de 350 mil euros totalmente detido por Gestigráfica, foi criada com base no sector de pré-impressão que existia na casa mãe e atravessou, nos últimos anos, uma fase complexa de transição tecnológica e comercial.

Apresentamos dados comparativos dos exercícios de 2002 e 2001, últimos de que dispomos.

Em consonância com a tendência verificada ao longo dos últimos anos, as inovações tecnológicas no mercado das artes gráficas em geral e da pré-impressão em particular, tem levado a alterações significativas nas condições deste mercado.

Os resultados mais visíveis destas alterações traduzem-se na eliminação de algumas etapas no processo produtivo, na simplificação de tarefas e num maior acesso dos editores e dos clientes finais, a novas tecnologias até aqui disponíveis apenas às empresas de pré-impressão.

Em consequência do acima exposto, mas também da redução da procura fruto do arrefecimento geral da economia, verificou-se um claro sobredimensionamento da generalidade das empresas gráficas face às necessidades de trabalho dos clientes tradicionais. Estes acontecimentos, aliados à necessidade de garantir um volume mínimo de trabalho, agravou o efeito de uma concorrência crescente que se traduziu numa forte descida na tabela de preços praticada.

A Grafilis registou no período um decréscimo de vendas de quase 24% para se situar pouco acima de 1.540 mil Euros contra os cerca de 2.025 mil Euros do ano anterior, sendo que tal descida se deveu sobretudo à queda dos preços unitários, porquanto o número de empregados necessários à prestação de serviços continuou no mesmo patamar verificado em 2001, cerca de 40 pessoas.

De então para cá, as circunstâncias assinaladas acima que condicionam o mercado da pré-impressão agudizaram-se, a concorrência aumentou, os Grandes Editores apetrecharam-se com equipamentos próprios, e a actividade da Grafilis foi-se reduzindo, restringindo-se quase às necessidades da casa-mãe.

A persistência de tal situação determinou que fosse encarada a redução gradual de efectivos com a consequente atribuição de indemnizações e, em 2005, a absorção dos efectivos remanescentes pela Lisgráfica, momento em que a actividade da Grafilis se anulou.

GRAFILIS		
	Dez/01	Dez/02
Activo Total	3.054.759	3.003.259
Passivo Total	1.463.102	1.708.670
Capital Próprio	1.591.657	1.294.589
Resultados Líquidos	52.866	(297.069)
Vendas Líquidas	2.025.491	1.542.447

3.1.3 "GESTIGRÁFICA – SOC GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A."

Empresa Holding que detinha a Heska, entrou no Universo do “Grupo” em meados do exercício de 1999, através da aquisição de 95% do respectivo capital social, operação levada a cabo por razões estratégicas.

Após a mudança de instalações, efectuada durante o exercício de 1998, da Venda Nova para Campo Raso, o exercício de 1999 representou o primeiro ano de cruzeiro da Heska no seu novo habitat.

Especialmente vocacionada para o mercado de folhetos e catálogos publicitários de médias e grandes tiragens, a Heska dedicava-se ainda à impressão e acabamento de revistas de pequena e média tiragens operando, assim, num nicho de mercado complementar da Lisgráfica.

Tratando-se de uma Sociedade Gestora de Participações Sociais, a Lisgráfica reorganizou o organograma das suas subsidiárias, transferindo para a Gestigráfica, as participações que detinha na Grafilis (100%) , Grafimadeira (100%), e Naveprinter (9,02%), que juntou à participação na Heska (95%) que resultou da aquisição da empresa-mãe.

Durante o exercício de 2003 teve lugar um aumento de capital de 2,5 mil Euros na Gestigráfica, tomado pela Heska, envolvendo um prémio de emissão de 10,3 milhões de Euros que conduziu a uma melhoria significativa dos Capitais Próprios da Empresa.

No quadro das decisões tomadas em 2002 de alienação de participações financeiras não estratégicas, ocorreram em 2002 e 2003, respectivamente, a alienação da participação na Grafilis à Heska da participação detida pela Gestigráfica à Rasográfica, uma vez que as motivações que haviam determinado a sua aquisição estavam ultrapassadas.

Nestas circunstâncias, durante os exercícios de 2004 e 2005 as participações financeiras detidas pela Gestigráfica restringem-se à Grafilis (100%), como já sublinhámos praticamente sem actividade, e à Naveprinter (9,03%), com acordo de venda e preço pré-fixado ao accionista maioritário, que se concretizou no final do exercício de 2006.

No exercício de 2006 ocorreu a alienação da participação de 9,03% detida na Naveprinter, com acordo de venda e preço pré-fixado, operação que originou o resultado abaixo ilustrado.

GESTIGRÁFICA		
	Dez/05	Dez/06
Activo Total	13.431.275	13.430.831
Passivo Total	54.347	55.547
Capital Próprio	13.376.928	13.375.284
Resultados Líquidos	(1.688)	(2.206.160)
Vendas Líquidas	-	-

4. NOTAS SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

4.1. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo são os seguintes:

- a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros, são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica “Interesses minoritários”.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses minoritários excedem o seu no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como Diferença de consolidação. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários nas empresas controladas, são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício, estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

As transacções e saldos significativos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Empresas associadas controladas conjuntamente

Os investimentos financeiros em empresas associadas controladas conjuntamente (aqueles onde o Grupo exerce uma influência) são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos e perdas financeiros, e por outras variações ocorridas nos activos e passivos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

O Grupo suspende a aplicação do método de equivalência patrimonial quando o investimento na associada for reduzido a zero e apenas é reconhecido um passivo se existirem obrigações legais ou construtivas perante associadas ou os seus credores ou se tiverem sido efectuados pagamentos a favor da associada. Se posteriormente a associada apresentar lucros o método de equivalência patrimonial é retomado após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas anualmente e, quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, são registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Quando as perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão até ao limite da imparidade registada.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 11 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2006.

4.2. PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, organizados e elaborados segundo as disposições do normativo contabilístico vigente em Portugal (Plano Oficial de Contabilidade e Directrizes Contabilísticas da Comissão de Normalização Contabilística), ajustados para dar cumprimento às Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2005.

Os princípios de consolidação estão em linha com os IFRS e encontram-se detalhados pormenorizadamente na Nota 2 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2006.

4.3. APLICAÇÃO DAS IFRS

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro pela primeira vez em 2005, aplicando para o efeito o IFRS1, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

Os principais ajustamentos efectuados nas demonstrações financeiras em resultado da conversão para IFRS são como segue:

Ajustamentos:

- **Reexpressão das demonstrações financeiras de 2005:**

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa reexpressou a informação financeira comparativa apresentada em resultado das correcções de grande significado de 6.547.849 Euros efectuadas no exercício findo naquela data.

- **Contas a receber:**

A Lisgráfica tem contas a receber a médio e longo prazo que não vencem juros. De acordo com os IAS/IFRS, os activos financeiros a médio e longo prazo que não vençam juros, devem ser registados ao valor descontado dos *cash flows* futuros. Assim, à data da transição, foi reconhecida uma redução dos activos por contrapartida de resultados transitados, pelo valor da diferença entre o valor presente dos valores a liquidar e a receber a médio e longo prazo e o valor contabilístico registado em POC. Durante os períodos subsequentes, será feita a actualização do valor presente das dívidas a receber a médio e longo prazo, e a variação será registada como um custo líquido de financiamento na demonstração dos resultados.

Reclassificações:

- Diversas naturezas de itens, anteriormente registadas em custos diferidos e acréscimos de custos são reclassificadas para outras rubricas de activos e passivos;
- Reclassificação dos custos e proveitos financeiros e extraordinários para outras rubricas da demonstração dos resultados;

O efeito no Balanço em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal (“POC”) para as demonstrações reexpressas em conformidade com as IFRS em vigor em 1 de Janeiro de 2005, pode ser detalhado como segue:

ACTIVO	31 de Dezembro de 2005		
	POC	Ajustamentos de conversão	IFRS
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos intangíveis	252	(252)	-
Activos tangíveis	39.151.649	-	39.151.649
Investimentos em associadas	2.309.468	(858.884)	1.450.584
Outros activos não correntes	6.241.236	1.367.817	7.609.053
Activos detidos para venda	-	223.099	223.099
Impostos diferidos activos	-	-	-
	47.702.605	731.780	48.434.385
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	953.168	968.718	1.921.886
Clientes e contas a receber	8.193.187	(1.323.390)	6.869.797
Outros activos correntes	17.448.300	1.945.522	19.393.822
Caixa e seus equivalentes	5.840.389	(5.023.143)	817.246
	32.435.044	(3.432.293)	29.002.751
TOTAL DO ACTIVO	80.137.649	(2.700.513)	77.437.136
31 de Dezembro de 2005			
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO		Ajustamentos de conversão	IFRS
CAPITAL PRÓPRIO:	POC		IFRS
Capital	20.000.000	-	20.000.000
Acções próprias	(474.121)	-	(474.121)
Diferenças de consolidação	7.196.951	(7.129.728)	67.223
Reservas	1.256.664	-	1.256.664
Resultados transitados	(16.827.005)	5.033.480	(11.793.525)
Resultado líquido do semestre	(1.410.436)	(4.544.337)	(5.954.773)
Total do capital próprio	9.742.053	(6.640.585)	3.101.468
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obtidos	16.503.954	(3.594.855)	12.909.099
Fornecedores e contas a pagar	-	8.305.577	8.305.577
Provisões	453.012	2.183.833	2.636.845
Outros passivos não correntes	16.137.663	(8.305.577)	7.832.086
Impostos diferidos passivos	-	-	-
	33.094.629	(1.411.022)	31.683.607
PASSIVO CORRENTE			
Empréstimos obtidos	8.664.239	3.594.855	12.259.094
Fornecedores e contas a pagar	15.559.440	2.921.641	18.481.081
Outros passivos correntes	13.077.288	(1.165.402)	11.911.886
	37.300.967	5.351.094	42.652.061
Total do passivo	70.395.596	3.940.072	74.335.668
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	80.137.649	(2.700.513)	77.437.136

	31 de Dezembro de 2005		
	POC	Ajustamentos de conversão	IFRS
PROVEITOS OPERACIONAIS:			
Vendas	35.034.073	(1.606.718)	33.427.355
Outros proveitos operacionais	1.966.871	1.065.491	3.032.362
Total de proveitos operacionais	<u>37.000.944</u>	<u>(541.227)</u>	<u>36.459.717</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:			
Custo das mercadorias vendidas	(9.774.302)	(2.566)	(9.776.868)
Fornecimentos e serviços externos	(9.164.858)	(2.690)	(9.167.548)
Custos com pessoal	(11.504.285)	2.405	(11.501.880)
Amortizações	(5.663.311)	-	(5.663.311)
Provisões e perdas por imparidade	(134.854)	(3.152.690)	(3.287.544)
Outros custos operacionais	(286.835)	(330.746)	(617.581)
Total de custos operacionais	<u>(36.528.445)</u>	<u>(3.486.287)</u>	<u>(40.014.732)</u>
Resultados operacionais	<u>472.499</u>	<u>(4.027.514)</u>	<u>(3.555.015)</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:			
Custos e proveitos financeiros, líquidos	(2.543.362)	208.124	(2.335.238)
Ganhos e perdas em empresas associadas	(61.931)	76.011	14.080
	<u>(2.605.293)</u>	<u>284.135</u>	<u>(2.321.158)</u>
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS			
Custos e proveitos extraordinários, líquidos	800.958	(800.958)	-
	<u>800.958</u>	<u>(800.958)</u>	<u>-</u>
Resultados obtidos em operações em descontinuação	-	-	-
Resultados antes de impostos	<u>(1.331.836)</u>	<u>(4.544.337)</u>	<u>(5.876.173)</u>
Imposto sobre o rendimento do semestre	(78.600)	-	(78.600)
Resultado consolidado líquido do semestre	<u>(1.410.436)</u>	<u>(4.544.337)</u>	<u>(5.954.773)</u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe	<u>(1.410.436)</u>	<u>(4.544.337)</u>	<u>(5.954.773)</u>

ACTIVO	31 de Dezembro de 2006		
	POC	Ajustamentos de conversão	IFRS
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos intangíveis	252	(252)	-
Activos tangíveis	34.254.173	-	34.254.173
Investimentos em associadas	-	-	-
Outros activos não correntes	645.171	307.258	952.429
Activos detidos para venda	-	-	-
Impostos diferidos activos	-	-	-
	34.899.596	307.006	35.206.602
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	1.361.754	1.062.336	2.424.090
Clientes e contas a receber	8.239.184	-	8.239.184
Outros activos correntes	12.036.062	(516.962)	11.519.100
Caixa e seus equivalentes	4.617.936	(937.465)	3.680.471
	26.254.936	(392.091)	25.862.845
TOTAL DO ACTIVO	61.154.532	(85.085)	61.069.447
31 de Dezembro de 2006			
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:	Ajustamentos de conversão		
	POC	IFRS	
Capital	200.000	-	200.000
Acções próprias	(474.121)	-	(474.121)
Diferenças de consolidação	7.196.951	(7.129.728)	67.223
Reservas	1.156.413		1.156.413
Resultados transitados	(4.885.046)	6.906.398	2.021.352
Resultado líquido do semestre	(2.465.405)	138.245	(2.327.160)
Total do capital próprio	728.792	(85.085)	643.707
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obtidos	14.730.645	(1.094.855)	13.635.790
Fornecedores e contas a pagar	-	6.258.779	6.258.779
Provisões	2.230.851	-	2.230.851
Outros passivos não correntes	12.912.429	(6.258.779)	6.653.650
Impostos diferidos passivos	-	-	-
	29.873.925	(1.094.855)	28.779.070
PASSIVO CORRENTE			
Empréstimos obtidos	4.923.592	1.094.855	6.018.447
Fornecedores e contas a pagar	13.407.336	7.105.004	20.512.340
Outros passivos correntes	12.220.887	(7.105.004)	5.115.883
	30.551.815	1.094.855	31.646.670
Total do passivo	60.425.740	-	60.425.740
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	61.154.532	(85.085)	61.069.447

	31 de Dezembro de 2006		
	POC	Ajustamentos de conversão	IFRS
PROVEITOS OPERACIONAIS:			
Vendas	33.923.613	711	33.924.324
Outros proveitos operacionais	1.926.485	153.900	2.080.385
Total de proveitos operacionais	<u>35.850.098</u>	<u>154.611</u>	<u>36.004.709</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:			
Custo das mercadorias vendidas	(10.120.533)		(10.120.533)
Fornecimentos e serviços externos	(8.764.446)	708	(8.763.738)
Custos com pessoal	(11.240.904)	1.703	(11.239.201)
Amortizações	(5.517.278)	-	(5.517.278)
Provisões e perdas por imparidade	(1.908)	-	(1.908)
Outros custos operacionais	(265.620)	(585.547)	(851.167)
Total de custos operacionais	<u>(35.910.689)</u>	<u>(583.136)</u>	<u>(36.493.825)</u>
Resultados operacionais	<u>(60.591)</u>	<u>(428.525)</u>	<u>(489.116)</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:			
Custos e proveitos financeiros, líquidos	(2.447.007)	138.687	(2.308.320)
Ganhos e perdas em empresas associadas	-	549.415	549.415
	<u>(2.447.007)</u>	<u>688.102</u>	<u>(1.758.905)</u>
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS			
Custos e proveitos extraordinários, líquidos	121.332	(121.332)	-
	<u>121.332</u>	<u>(121.332)</u>	<u>-</u>
Resultados obtidos em operações em descontinuação	-	-	-
Resultados antes de impostos	<u>(2.386.266)</u>	<u>138.245</u>	<u>(2.248.021)</u>
Imposto sobre o rendimento do semestre	(79.139)	-	(79.139)
Resultado consolidado líquido do semestre	<u>(2.465.405)</u>	<u>138.245</u>	<u>(2.327.160)</u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe	<u>(2.465.405)</u>	<u>138.245</u>	<u>(2.327.160)</u>

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

Em anexo juntam-se o Balanço e as Demonstrações de Resultados Consolidados em 31/12/06, bem como o Anexo a tais Demonstrações Financeiras e a Demonstração de Fluxos de Caixa.

A Lisgráfica adoptou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS 1”), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31/12/2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram igualmente preparadas de acordo com aqueles princípios, considerando adicionalmente as disposições do IFRS 1 na determinação dos ajustamentos efectuados à data de 1 de Janeiro de 2004.

Da respectiva análise, bem como dos comentários que acima deixamos, poderão Vossas Excelências aquilatar da situação e evolução das Empresas do " Grupo Lisgráfica" no exercício em apreciação que, conforme sublinhámos profusamente, operaram em situação de conjuntura desfavorável.

O Resultado Líquido Consolidado Antes de Impostos foi negativo e atingiu a expressão de 2.248.021 euros no exercício em apreciação, contra um Líquido Consolidado Antes de Impostos negativo de 5.876.173 euros no ano anterior; o efeito tributário nas várias empresas, fez agravar aquele resultado consolidado para 2.327.160 euros, contra um resultado ainda negativo alcançado em 2005 de 5.954.773 euros.

Os Resultados Operacionais negativos atingiram 489.116 euros, em 2006, contra 3.555.015 euros negativos em 2005, enquanto que os Resultados Financeiros negativos se situaram em 1.758.905 euros, contra 2.321.158 euros negativos em 2005, e os Meios Libertos, após função financeira e antes da tributação fixaram-se em 3.271.165 euros, contra 3.074.682 euros em 2005.

Tomando como base os dados da conjuntura relativos ao primeiro trimestre e as estimativas macro-económicas para 2007 do Banco de Portugal, somos levados a admitir que em relação a tal exercício, não havendo ainda sinais de crescimento consistente, estando, no entanto, afastadas as perspectivas de recessão que caracterizaram a economia portuguesa durante os últimos anos.

Ciente de tal realidade, a Lisgráfica tomou em devido tempo as medidas que considerou adequadas para minorar os efeitos de tal conjuntura preservando sempre as características que identificam a empresa no panorama do sector, designadamente, flexibilidade/agilidade, independência e equidistância.

Tais medidas tiveram já efeitos visíveis nos exercícios precedentes, e espera-se que produzam consequências mais consistentes em 2007, uma vez que tendo reforçado os meios da equipa de Controlo da Produção se tornará mais eficaz o controlo dos índices de produtividade dos recursos disponíveis, visando a optimização da relação custo/produção prosseguindo, desse modo, o processo de adaptação dos recursos materiais e humanos às actuais condições de mercado.

A construção do Programa Económico – Financeiro para o ano de 2007 foi feita em moldes conservadores, admitindo para *Revistas* e *Suplementos* as receitas derivadas dos títulos novos contratados, supondo que os títulos antigos serão conservados com nível de facturação idêntico ao registado em 2006, mas tendo em conta alguns títulos perdidos, designadamente na Família Suplementos (Dna, Xis e Grande Reportagem), e no pressuposto de que as Vendas no Segmento de *Folhetos/Catálogos* e *Listas Telefónicas*, traduzirão crescimentos de 42% e de 3%, respectivamente pressupostos que, em conjunto, reflectem uma estimativa de crescimento global da ordem dos 4%.

Dos elementos já conhecidos do 1º trimestre do ano em curso, ressalta que em matéria de Receitas nos encontramos cerca de 15% acima do Programa Económico fixado enquanto que, em matéria de Custos, nos situamos cerca de 9,9% acima, concorrendo tais desvios, conjugadamente, para que o Resultado do trimestre traduza uma melhoria, face ao Programa Económico de cerca de 116 mil Euros, desempenhos que nos animam a alimentar a expectativa de que será cumprido o Orçamento de 2007 para as Empresas do Grupo e em particular no que respeita à Lisgráfica.

Decorreu entre 16 e 30 de Março o período de subscrição da Oferta Pública de Subscrição das 96 milhões de novas acções, com o valor nominal de 5 cêntimos, representativas do aumento de capital reservado a accionistas deliberado em Assembleia Geral de Accionistas de 7 de Novembro de 2006, visando o reforço de capitais próprios da Sociedade. No exercício dos direitos de subscrição foram subscritas 87.051.782 acções, representativas de cerca de 90,7% do total das acções a emitir, tendo ficado disponíveis para rateio 8.948.218 acções, cujos pedidos suplementares totalizaram 157.524.995 acções.

Fechada que foi a operação a Gestprint passou a deter, directamente, 82.058.262 acções ordinárias, escriturais e ao portador, representativas de 82,0583% do capital social e 82,1011% dos direitos de voto na Lisgráfica.

Durante o exercício continuarão as diligências tendentes ao desenvolvimento do projecto imobiliário, a conduzir em colaboração com o ESAF e Gabinetes de Consultadoria Externa, por forma a obter o loteamento e aproveitamento urbanístico adequados às áreas não necessárias ao desenvolvimento industrial tendo já sido levada a cabo, a solicitação da Câmara de Oeiras, um estudo de tráfego com vista a avaliar o impacto associado ao estudo prévio apresentado.

No âmbito de tal projecto será edificada durante o exercício de 2007 uma instalação para recolha e tratamento de aparas de papel, resultante da operação, com vista ao respectivo tratamento e reciclagem para além de terem sido já identificadas algumas Entidades interessadas em ocupar alguns módulos integrantes daquele Estudo Prévio.

6 .NOTAS FINAIS

Não se verificaram negócios entre os Administradores e a Sociedade.

Não se verificou durante o exercício a aquisição de acções próprias, pelo que a Sociedade mantém na sua carteira 52.213 acções próprias, ao mesmo tempo que, tendo renunciado à subscrição dos direitos de accionista, no aumento de capital do BCP, mantém na sua carteira de títulos 110.713 acções daquela Instituição Financeira.

Foi mantido o princípio da consistência contabilística em matéria de amortização de activos imobilizados, do tratamento dos bens adquiridos em regime de Leasing, adoptados no exercício de 1993 e, ainda, da equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras.

Aos Banqueiros, Locadoras e Companhias de "Factoring" dedicamos uma palavra de agradecimento pelo apoio prestado, que nos permitiu o conjunto de realizações que aqui deixamos assinaladas.

Aos Editores manifestamos o nosso apreço pela confiança depositada, assegurando-lhes que continuaremos a dedicar-lhes no futuro idêntica colaboração e apoio e a pôr ao seu serviço o melhor da nossa experiência e competência.

Ao Conselho Fiscal propomos um voto de louvor pela forma como acompanhou a gestão da Empresa.

Aos trabalhadores cabe ainda uma palavra de reconhecimento e apreço pela dedicação e entusiasmo que puseram no exercício das suas atribuições.

Queluz de Baixo, 16 de Abril de 2007

O Conselho de Administração

António Pedro Marques Patrocínio- Presidente

José Luís André Lavrador

José Pedro Franco Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2006	2005
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos tangíveis	10	34.254.172	39.151.649
Investimentos em associadas	11	-	1.450.584
Outros activos não correntes	12	952.429	7.609.053
Activos detidos para venda	27	-	223.099
		<u>35.206.601</u>	<u>48.434.385</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	13	2.424.090	1.921.886
Clientes e contas a receber	14	8.239.184	6.869.797
Outros activos correntes	15	11.519.101	19.392.822
Caixa e seus equivalentes	16	3.680.471	817.246
		<u>25.862.846</u>	<u>29.001.751</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>61.069.447</u></u>	<u><u>77.436.136</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	17	200.000	20.000.000
Acções próprias	17	(474.121)	(474.121)
Diferenças de consolidação	17	67.223	67.223
Reservas	17	1.156.414	1.256.664
Resultados transitados	17	2.021.351	(11.954.041)
Resultado líquido do exercício	17	(2.327.160)	(5.954.773)
Total do capital próprio		<u>643.707</u>	<u>2.940.952</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obtidos	18	13.635.790	12.909.099
Fornecedores e contas a pagar	21	6.258.779	8.305.577
Provisões	19	2.230.851	2.636.845
Outros passivos não correntes	20	6.653.650	7.832.086
		<u>28.779.070</u>	<u>31.683.607</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos obtidos	18	6.018.447	12.259.094
Fornecedores e contas a pagar	21	20.512.340	18.640.597
Outros passivos correntes	22	5.115.883	11.911.886
		<u>31.646.670</u>	<u>42.811.577</u>
Total do passivo		<u>60.425.740</u>	<u>74.495.184</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>61.069.447</u></u>	<u><u>77.436.136</u></u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
PROVEITOS OPERACIONAIS:			
Vendas	5	33.924.324	33.427.355
Outros proveitos operacionais		2.080.385	3.032.362
Total de proveitos operacionais		<u>36.004.709</u>	<u>36.459.717</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:			
Custo das mercadorias vendidas	6	(10.120.533)	(9.776.868)
Fornecimentos e serviços externos		(8.763.738)	(9.167.548)
Custos com pessoal	7	(11.239.201)	(11.501.880)
Amortizações	10	(5.517.278)	(5.663.311)
Provisões e perdas por imparidade	19	(1.908)	(3.287.544)
Outros custos operacionais		<u>(851.167)</u>	<u>(617.581)</u>
Total de custos operacionais		<u>(36.493.825)</u>	<u>(40.014.732)</u>
Resultados operacionais		<u>(489.116)</u>	<u>(3.555.015)</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:			
Custos e proveitos financeiros, líquidos	8	(2.308.321)	(2.335.238)
Ganhos e perdas em empresas associadas	11	549.416	14.080
Resultados antes de impostos		<u>(1.758.905)</u>	<u>(2.321.158)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	(2.248.021)	(5.876.173)
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(79.139)</u>	<u>(78.600)</u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		<u>(2.327.160)</u>	<u>(5.954.773)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas
do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	Capital próprio atribuível aos accionistas						Total do capital próprio
	Capital	Prémio de emissão de acções	Diferenças de Consolidação	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	20.000.000	(474.121)	67.223	1.306.467	(12.487.593)	483.749	8.895.725
Transferências	-	-	-	(151.249)	151.249	-	-
Aplicação de resultados	-	-	-	101.446	382.303	(483.749)	-
Resultado consolidado do exercício	-	-	-	-	-	(5.954.773)	(5.954.773)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	<u>20.000.000</u>	<u>(474.121)</u>	<u>67.223</u>	<u>1.256.664</u>	<u>(11.954.041)</u>	<u>(5.954.773)</u>	<u>2.940.952</u>
Transferências	(19.800.000)	-	-	(100.250)	19.900.250	-	-
Aplicação de resultados	-	-	-	-	(5.954.773)	5.954.773	-
Resultado consolidado do período	-	-	-	-	-	(2.327.160)	(2.327.160)
Outras regularizações	-	-	-	-	29.915	-	29.915
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>200.000</u>	<u>(474.121)</u>	<u>67.223</u>	<u>1.156.414</u>	<u>2.021.351</u>	<u>(2.327.160)</u>	<u>643.707</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alteração no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, boletins e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas na Nota 4. As principais actividades do Grupo englobam a impressão de revistas, boletins e listas telefónicas.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 16 de Abril de 2007.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), organizados e elaborados segundo as disposições do normativo contabilístico vigente em Portugal (Plano Oficial de Contabilidade e Directrizes Contabilísticas da Comissão de Normalização Contabilística), ajustados para dar cumprimento às Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2005. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de contabilidade ("IAS") emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelos "*International Financial Reporting Interpretation Committee*" ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee*. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

2.2 Princípios de consolidação

O método de consolidação adoptado pelo Grupo foi o seguinte:

a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros, são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica "Interesses minoritários".

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses minoritários excedem o seu no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como Diferença de consolidação. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários nas empresas controladas, são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício, estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

As transacções e saldos significativos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

2.3 Activos tangíveis

Os activos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registados ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais, com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. Os activos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas, se aplicável.

Considera-se como custo de aquisição, o preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, bem como a estimativa dos custos de desmantelamento, remoção dos activos e requalificação do local e os custos financeiros incorridos antes de estarem concluídos ou disponíveis para utilização.

Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, as reavaliações efectuadas antes da data de transição foram mantidas, designando-se esse valor como custo considerado para efeitos dos IFRS.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao custo do activo respetivo, por contrapartida de resultados do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos de valor significativo incorridos com renovações ou melhorias dos activos tangíveis, são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao activo, e quando possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os activos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade, e começam a ser amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

A partir do momento que determinados bens tangíveis passam a ser detidos para venda, cessa a respectiva amortização, e passam a ser classificados como activos não correntes disponíveis para venda. Os ganhos e perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor ao qual estão registados, são registados em resultados nas rubricas "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais".

Os activos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos. A amortização do valor destes activos, deduzido do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos activos, definida em função da utilidade esperada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	10 - 20
Equipamento de transporte	8 - 14
Ferramentas e utensílios	8 - 10
Equipamento administrativo	6 - 16
Outras imobilizações corpóreas	16

2.4 Lotação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como um activo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do activo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os activos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a amortização do activo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada dos resultados do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada dos resultados durante o período do contrato de locação.

2.5 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes detidos para venda (ou operações descontinuadas e conjunto de activos e passivos relacionados) são mensurados ao menor do valor contabilístico ou do respectivo valor de venda, deduzido dos custos para vender e são classificados como detidos para venda se o respectivo valor for realizável através de uma transacção de venda ao invés de ser através do seu uso continuado.

Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é muito provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

2.6 Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações, ou ainda que são detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

2.7 Instrumentos financeiros

2.7.1 Clientes e dívidas de terceiros

As contas a receber e dívidas de terceiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentadas deduzidas de eventuais perdas estimadas de realização, a qual é registada quando existe evidência objectiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre a quantia registada e o seu valor recuperável, sendo reconhecida na demonstração dos resultados do período a que respeita.

2.7.2 Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes comprehende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos obtidos".

2.7.3 Fornecedores, contas a pagar e outros passivos correntes

As contas a pagar que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal. As contas a pagar com prazos de pagamento definidos, são registadas ao justo valor.

2.7.4 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, líquido dos custos de transacção incorridos. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo que, qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período dos empréstimos, usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que exista o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data do balanço.

2.8 Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o FIFO ("primeiras entradas, primeiras saídas") como método de custeio. A diferença entre o custo e o valor de realização das existências, no caso deste último ser inferior ao primeiro, é considerada como um custo na demonstração dos resultados. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

2.9 Rérito e especialização dos exercícios

As vendas referem-se principalmente à impressão de revistas, boletins e listas telefónicas e são reconhecidas na demonstração dos resultados, quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As devoluções são registadas como uma redução das vendas, no período a que dizem respeito.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujos valores não sejam conhecidos são estimados.

2.10 Provisões, passivos e activos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado.

As provisões para custos de reestruturação apenas são reconhecidas quando existe um plano formal e detalhado, identificando as principais características do projecto e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data do balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes decorrentes de eventos passados, cuja existência dependa da ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão completamente sob o controlo do Grupo, não são registados, sendo contudo objecto de divulgação no anexo às demonstrações financeiras.

2.11 Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data do balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias, que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, inerentes ao uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Outros proveitos operacionais". Esta reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – "Imposto sobre o rendimento". Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustado pela legislação fiscal aplicável, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

2.13 Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data de balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do período a que respeitam.

2.14 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de balanço, que proporcionem informação sobre as condições que

ocorreram após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício de 2006 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira comparativa apresentada.

As estimativas efectuadas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, em resultado de incertezas inerentes à actividade, a base dos valores estimados é baseada na última informação fiável disponível.

Consequentemente a revisão de uma estimativa de um período anterior não é considerada como um erro. As alterações de estimativas apenas são reconhecidas prospectivamente em resultados e são alvo de divulgação quando o impacto é materialmente relevante.

Quando são identificados erros materiais relativos a períodos anteriores, de acordo com os IFRS, procede-se à correcção retrospectiva da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do período em que são identificados. Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa reexpressou a informação financeira comparativa apresentada em resultado das correcções de grande significado de 6.547.278 Euros efectuadas no exercício findo naquela data (Nota 17).

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efectivamente detido em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva do capital detido	
		2006	2005
LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Lisgráfica")	Barcarena	Mãe	Mãe
GESTIGRÁFICA - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica") (a)	Barcarena	100	100
GRÁFILIS - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Gráfilis")	Barcarena	100	100

(a) No exercício de 2003, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos restantes 9,52% do capital da Gestigráfica, pelo seu valor nominal que ascende a 5.000 Euros, pelo que não foram reconhecidos interesses minoritários relativos a esta empresa participada. O Conselho de Administração considera que aquele acordo é irrevogável.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

5. VENDAS POR NATUREZA

As vendas consolidadas, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, são como segue:

	2006	2005
Revistas semanais	8.359.246	10.041.055
Revistas mensais	8.016.949	5.699.583
Suplementos	6.686.122	7.379.364
Listas	4.549.238	5.612.692
Boletins	24.679	579.574
Folhetos	6.288.090	4.115.087
	<u>33.924.324</u>	<u>33.427.355</u>

6. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2006	2005
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.120.533	9.442.384
Mercadorias vendidas	-	334.484
	<u>10.120.533</u>	<u>9.776.868</u>

7. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os custos com pessoal foram como segue:

	2006	2005
Salários e outras remunerações	8.557.357	9.062.950
Encargos sobre remunerações	2.107.161	2.234.354
Outros	574.683	204.576
	<u>11.239.201</u>	<u>11.501.880</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 364 e 399 empregados, respectivamente.

8. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, têm a seguinte composição:

	2006	2005
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros suportados	2.162.489	2.353.743
Descontos de pronto pagamento concedidos	89.040	118.212
Outros custos financeiros	329.916	267.427
	<u>2.581.445</u>	<u>2.739.382</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros obtidos	34.608	80.728
Reversões de perdas por imparidade de aplicações de tesouraria	52.036	48.713
Outros proveitos financeiros	186.480	274.703
	<u>273.124</u>	<u>404.144</u>
Custos financeiros, líquidos	<u>2.308.321</u>	<u>2.335.238</u>

9. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

As empresas incluídas na consolidação encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
 (Montantes expressos em Euros)

10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%. A partir de 1 de Janeiro de 2007, os Municípios Portugueses podem lançar a derrama até o limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Altera-se assim a forma de cálculo de até 10% sobre a colecta para até 1,5% sobre o lucro tributável, resultando a partir de 2007 uma taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos de artigo n.º 81º do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2003 a 2006, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais áquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2006, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 12.427.000 Euros, os quais caducam conforme segue:

	<u>2006</u>
2007	99.000
2008	6.187.000
2011	939.000
2012	5.202.000
	<u>12.427.000</u>

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e periodicamente avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor, à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O Grupo optou por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação, em consequência dos mesmos não serem realizáveis ou exigíveis no período de reversão das respectivas diferenças temporárias. Caso se tivesse optado por registar o seu efeito, seriam reconhecidos activos por impostos diferidos, relacionados com prejuízos fiscais reportáveis e com ajustamentos e provisões não aceites fiscalmente de aproximadamente, 3.783.000 Euros e passivos por impostos diferidos de, aproximadamente, 371.000 Euros.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 a Empresa foi alvo de liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal, essencialmente em sede de IRC, IVA e Imposto Municipal sobre Transmissões, referentes ao exercício de 2004 de, aproximadamente, 1.195.000 Euros. É convicção do Conselho de Administração de que as mesmas não têm fundamento, pelo que foram objecto de reclamação.

(a) Reconciliação da taxa de imposto

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o imposto sobre o rendimento é como segue:

	2006	2005
Resultado antes de impostos	(2.248.021)	(5.876.173)
Taxa nominal de imposto	27,5%	27,5%
	(618.206)	(1.615.948)
Redução de activos	1.370.946	1.486.228
Diferenças permanentes (i)	1.047.920	129.720
Ajustamentos à colecta (ii)	79.139	78.600
Variações patrimoniais	(1.800.660)	-
Imposto sobre o rendimento	79.139	78.600
Taxa efectiva de imposto	-3,52%	-1,34%

(i) Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 estes montantes tinham a seguinte composição:

	2006	2005
Amortizações não aceites fiscalmente	158.797	140.517
Multas, coimas, juros compensatórios pela prática infracções	182.834	343.688
Despesas confidenciais e/ou não documentadas	107.985	100.804
Provisões não dedutíveis	2.000.000	-
Ajustamentos não dedutíveis	1.252.860	33.648
Outras rubricas, líquidas	108.141	(146.948)
Taxa nominal de imposto	3.810.617	471.709
	27,5%	27,5%
	1.047.920	129.720

(ii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas.

10. ACTIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram como segue:

31 de Dezembro de 2006:

LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
(Montantes expressos em Euros)

	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	Total
<u>Valor bruto</u>									
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	508.261	102.771.263	1.186.863	60.282	1.304.296	789.122	426.611	30.000	107.076.698
Aquisições	-	451.980	132.976	-	7.515	52	80.000	11.000	683.523
Alienações e abates	-	(1.503.931)	-	-	-	-	-	-	(1.503.931)
Transferências	-	359.835	-	-	-	-	(359.835)	-	-
Outras regularizações	-	-	-	-	-	-	(11.979)	-	(11.979)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>508.261</u>	<u>102.079.147</u>	<u>1.319.839</u>	<u>60.282</u>	<u>1.311.811</u>	<u>789.174</u>	<u>134.797</u>	<u>41.000</u>	<u>106.244.311</u>

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
<u>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</u>							
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	(322.370)	(65.633.257)	(697.398)	(46.334)	(955.918)	(269.772)	(67.925.049)
Reforço do exercício	-	(5.226.564)	(197.826)	(5.942)	(62.521)	(24.425)	(5.517.278)
Reduções por alienações e abates	-	1.452.188	-	-	-	-	1.452.188
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>(322.370)</u>	<u>(69.407.633)</u>	<u>(895.224)</u>	<u>(52.276)</u>	<u>(1.018.439)</u>	<u>(294.197)</u>	<u>(71.990.139)</u>

31 de Dezembro de 2005:

	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	Total
<u>Valor bruto</u>									
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	508.261	104.098.364	1.091.051	60.282	1.410.283	792.563	161.946	-	108.122.750
Aquisições	-	2.062.187	95.812	-	12.544	2.650	359.835	30.000	2.563.028
Alienações e abates	-	(3.484.458)	-	-	(118.531)	(6.091)	-	-	(3.609.080)
Transferências	-	95.170	-	-	-	-	(95.170)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	<u>508.261</u>	<u>102.771.263</u>	<u>1.186.863</u>	<u>60.282</u>	<u>1.304.296</u>	<u>789.122</u>	<u>426.611</u>	<u>30.000</u>	<u>107.076.698</u>

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
<u>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</u>							
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	(322.370)	(63.784.140)	(521.365)	(40.313)	(960.578)	(242.052)	(65.870.818)
Reforço do exercício	-	(5.333.575)	(176.033)	(6.021)	(113.871)	(33.811)	(5.663.311)
Reduções por alienações e abates	-	3.484.458	-	-	118.531	6.091	3.609.080
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	<u>(322.370)</u>	<u>(65.633.257)</u>	<u>(697.398)</u>	<u>(46.334)</u>	<u>(955.918)</u>	<u>(269.772)</u>	<u>(67.925.049)</u>

	Terrenos, edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	Total
<u>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2005</u>									
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2005	<u>185.891</u>	<u>37.138.006</u>	<u>489.465</u>	<u>13.948</u>	<u>348.378</u>	<u>519.350</u>	<u>426.611</u>	<u>30.000</u>	<u>39.151.649</u>
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2006	<u>185.891</u>	<u>32.671.514</u>	<u>424.615</u>	<u>8.006</u>	<u>293.372</u>	<u>494.977</u>	<u>134.797</u>	<u>41.000</u>	<u>34.254.172</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, o equipamento básico incluía custos de empréstimos obtidos de 1.586.606 Euros, incorridos em exercícios anteriores, por serem directamente atribuíveis à aquisição de activos tangíveis, essencialmente equipamentos básicos, os quais estão a ser amortizados no período de vida dos respectivos activos.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o Grupo mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2006		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	63.612.278	43.629.948	19.982.330
Equipamento de transporte	979.113	633.777	345.336
Equipamento administrativo	79.745	66.241	13.504
Ferramentas e utensílios	36.617	31.277	5.340
	<u>64.707.753</u>	<u>44.361.243</u>	<u>20.346.510</u>

	2005		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	63.698.851	40.558.097	23.140.754
Equipamento de transporte	846.137	453.360	392.777
Equipamento administrativo	79.745	54.422	25.323
Ferramentas e utensílios	36.617	26.700	9.917
	<u>64.661.350</u>	<u>41.092.579</u>	<u>23.568.771</u>

Conforme mencionado na Nota 2.4), estes bens são registados pelo método financeiro.

11. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os movimentos ocorridos nos investimentos financeiros foram como segue:

<u>Valor bruto</u>	<u>Investimentos em associadas</u>	<u>Empréstimos a empresas associadas (Nota 24)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	936.504	500.000	1.436.504
Aplicação do método da equivalência patrimonial	14.080	-	14.080
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	<u>950.584</u>	<u>500.000</u>	<u>1.450.584</u>
Alienações do exercício	(950.584)	(500.000)	(1.450.584)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 30 de Março de 2006, foi alienada a participação financeira na Grefedisport pelo valor de 2.000.000 Euros, tendo sido registada uma mais valia de 549.416 Euros.

12. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2006			2005		
	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido
Gilda Press, S.A.	9.497.970	(9.497.970)	-	8.927.156	(8.927.156)	-
Rasográfica	-	-	-	1.846.429	-	1.846.429
Depósitos a prazo (a)	937.465	-	937.465	5.023.143	-	5.023.143
Títulos e outras aplicações financeiras	114.724	(99.760)	14.964	114.724	(99.760)	14.964
Outras contas a receber	-	-	-	724.517	-	724.517
	<u>10.550.159</u>	<u>(9.597.730)</u>	<u>952.429</u>	<u>16.635.969</u>	<u>(9.026.916)</u>	<u>7.609.053</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 23).

13. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2006			2005		
	Valor bruto	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2.295.995	(4.630)	2.291.365	1.849.113	(4.630)	1.844.483
Produtos e trabalhos em curso	132.725	-	132.725	77.403	-	77.403
	<u>2.428.720</u>	<u>(4.630)</u>	<u>2.424.090</u>	<u>1.926.516</u>	<u>(4.630)</u>	<u>1.921.886</u>

14. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2006			2005		
	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido
Clientes	<u>19.762.856</u>	<u>(11.523.672)</u>	<u>8.239.184</u>	<u>18.962.703</u>	<u>(12.092.906)</u>	<u>6.869.797</u>

15. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2006			2005		
	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido	Valor nominal	Perdas de valor (Nota 19)	Valor líquido
Estado e Outros Entes Públicos (Nota 23)	203.245	-	203.245	718.026	-	718.026
Devedores diversos	8.612.290	(148.731)	8.463.559	8.073.484	(147.822)	7.925.662
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 24)	2.209.164	-	2.209.164	10.204.733	-	10.204.733
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	20.306	-	20.306	81.996	-	81.996
Acréscimos e diferimentos	622.827	-	622.827	462.405	-	462.405
	<u>11.667.832</u>	<u>(148.731)</u>	<u>11.519.101</u>	<u>19.540.644</u>	<u>(147.822)</u>	<u>19.392.822</u>

16. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Numerário	2.239	2.837
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3.368.235	556.448
Aplicações de tesouraria imediatamente mobilizáveis (a)	<u>629.972</u>	<u>629.972</u>
	<u>4.000.446</u>	<u>1.189.257</u>
Descobertos bancários (Nota 18)	(1.271.975)	(998.235)
	<u>2.728.471</u>	<u>191.022</u>

(a) Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica encontrava-se deduzida da perda de valor a essas datas de 319.975 Euros e 372.011 Euros, respectivamente (Nota 19).

17. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A ACCIONISTAS MAIORITÁRIOS

Composição de capital: Em 31 de Dezembro de 2006, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 4.000.000 acções com o valor nominal de cinco cêntimos de Euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital da Empresa era detido pelos seguintes accionistas:

	<u>Nº de acções</u>	<u>Percentagem</u>
GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	2.924.521	73,11
Outros, inferiores a 10% do capital	1.075.479	26,89
	-----	-----
	4.000.000	100,00
	=====	=====

Prémios de emissão de acções: O valor registado nesta rubrica resulta dos ágios obtidos nos aumentos de capital ocorridos em exercícios anteriores. Segundo a legislação em vigor, a utilização do valor incluído nesta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal, ou seja, não pode ser distribuído aos accionistas, podendo, contudo, ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporado no capital.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Aplicação de resultados: Conforme aprovado em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 30 de Maio de 2006 foi decidido transferir a totalidade de resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, apurado de acordo com os princípios contabilísticos Portugueses, para resultados transitados.

Por decisão da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de Novembro de 2006 foi deliberado reduzir o capital de 20.000.000 Euros para 200.000 Euros, para cobertura de prejuízos, mediante a redução do valor nominal unitário das acções de 5 Euros para 0,05 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa reexpressou a informação financeira comparativa apresentada, em sequência de correcções de grande significado de 6.547.278 Euros efectuadas no exercício findo naquela data (Nota 3).

18. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2006		2005	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Empréstimos bancários (a)	3.122.265	5.508.435	3.723.177	9.491.949
Outros empréstimos (b)	1.624.207	8.127.355	7.537.682	3.417.150
Descobertos bancários (c)	1.271.975	-	998.235	-
	6.018.447	13.635.790	12.259.094	12.909.099

(a) Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	2006		2005	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Banco Português de Investimento, S.A. ("BPI") (i)	602.963	1.130.362	573.616	1.733.325
Banco Comercial Português, S.A. ("BCP") (ii)	1.167.363	3.924.734	933.891	7.358.624
Outros (iii)	1.351.939	453.339	2.215.670	400.000
	3.122.265	5.508.435	3.723.177	9.491.949

- (i) Empréstimo concedido à Lisgráfica que vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%, destinado a financiar a aquisição do negócio de impressão de listas telefónicas e activos e passivos a este afectos e a financiar a aquisição da participação financeira na Gestigráfica, estando as receitas do negócio de impressão de listas telefónicas consignadas como garantia.

Como garantia deste empréstimo a Lisgráfica constituiu em favor da referida instituição bancária várias garantias reais, assim como deu em penhor, elementos do seu activo, no valor total de cerca de 5.450.000 Euros.

- (ii) Este empréstimo destina-se a reforço de tesouraria, vence juros à taxa Euribor a 30 dias acrescida de 1,00%.
- (iii) Estes empréstimos vencem juros a taxas normais de mercado e incluem 1.094.855 Euros que não possuem um plano de reembolso definido, tendo sido classificados como "Empréstimos correntes".

Em 31 de Dezembro de 2006, o plano de reembolso dos empréstimos bancários é conforme segue:

2007	3.122.265
2008	1.832.226
2009	1.619.257
2010	1.028.476
2011	1.028.476
	8.630.700

(b) Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, estes empréstimos tinham a seguinte composição:

	2006		2005	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Empréstimos por obrigações	-	-	299	-
Papel comercial (i)	1.336.824	6.786.236	7.250.000	1.788.648
IAPMEI (ii)	287.383	1.341.119	287.383	1.628.502
	<u>1.624.207</u>	<u>8.127.355</u>	<u>7.537.682</u>	<u>3.417.150</u>

(i) O papel comercial vence juros a taxas normais de mercado. O plano de reembolso do papel comercial é o seguinte:

2007	1.336.824
2008	1.551.236
2009	1.175.000
2010	2.330.000
2011	520.000
2012	560.000
2013	<u>650.000</u>
	<u>8.123.060</u>

(ii) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido nos exercícios de 1996 e 1998 no total de 5.167.207 Euros. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de Julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária prestada pelo BPI. A Empresa mantém um depósito a prazo nesta entidade de 862.148 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 25). Em 31 de Julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação, tendente ao seu pagamento num plano de cíntena e quatro prestações mensais e iguais de 23.948 Euros, sem juros vencidos e com juros vincendos à taxa de 2,5% por ano, o qual foi iniciado em Setembro de 2005. Em 31 de Dezembro de 2006, o valor em dívida ascendia a 1.628.502 Euros.

(c) Os descobertos bancários vencem juros às taxas normais de mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
 (Montantes expressos em Euros)

19. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE E DE VALOR ACUMULADAS

O movimento nas contas de provisões e perdas por imparidade e de valor nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é conforme segue:

	Provisões para actividade operacional	Activos não correntes (Nota 12)	Existências (Nota 13)	Clientes e contas a receber (Nota 14)	Outros activos correntes (Nota 15)	Aplicações de tesouraria (Nota 16)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	1.301.013	9.026.916	139.114	11.207.459	127.081	420.724	22.222.307
Aumentos	2.000.000	-	-	1.266.315	20.741	-	3.287.056
Reduções	(664.168)	-	(134.484)	(380.868)	-	(48.713)	(1.228.233)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	<u>2.636.845</u>	<u>9.026.916</u>	<u>4.630</u>	<u>12.092.906</u>	<u>147.822</u>	<u>372.011</u>	<u>24.281.130</u>
Aumentos	-	-	-	-	1.908	-	1.908
Reduções	(405.994)	-	-	-	-	(52.036)	(458.030)
Reclassificações	-	570.814	-	(569.234)	(1.580)	-	-
Outras variações	-	-	-	-	581	-	581
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>2.230.851</u>	<u>9.597.730</u>	<u>4.630</u>	<u>11.523.672</u>	<u>148.731</u>	<u>319.975</u>	<u>23.825.589</u>

20. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição e respectivo plano de pagamentos:

	2006			
	2008	2009	2010 e seguintes	Total
Estado e outros Entes Públicos - dívidas integradas em planos de pagamento (Nota 23)	869.197	869.197	3.299.030	5.037.424
Dívida à Siegwerk	591.411	-	-	591.411
Dívida à Sunchemical	353.403	353.403	-	706.806
Outros passivos não correntes	318.009	-	-	318.009
	<u>2.132.020</u>	<u>1.222.600</u>	<u>3.299.030</u>	<u>6.653.650</u>
<hr/>				
	2005			
	2007	2008	2009 e seguintes	Total
Estado e outros Entes Públicos - dívidas integradas em planos de pagamento	869.197	869.197	4.077.832	5.816.226
Dívida à Siegwerk	553.599	553.599	-	1.107.198
Dívida à Sunchemical	663.677	-	-	663.677
Outros passivos não correntes	244.985	-	-	244.985
	<u>2.331.458</u>	<u>1.422.796</u>	<u>4.077.832</u>	<u>7.832.086</u>

No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”), Segurança Social e Direcção Geral de Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais de 29.541 Euros e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA em sessenta prestações mensais de 42.892 Euros, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005, o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, tendo o seu início ocorrido em Setembro de 2005, ao abrigo do qual a Empresa prestou garantias bancárias ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Direcção Geral de Impostos de 3.995.571 Euros e 2.763.610 Euros, respectivamente (Nota 25). O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa, tendo sido acordado um conjunto de obrigações até ao final da execução das medidas.

21. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2006		2005	
	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
Fornecedores, conta corrente	13.407.336	-	12.160.521	-
Credores por locações financeiras (a)	3.141.471	6.258.779	2.152.289	8.305.577
Contas a pagar:				
<i>Rappel a liquidar</i>	2.018.343	-	2.425.692	-
Fornecimentos e serviços externos	289.479	-	377.622	-
Remunerações a liquidar	1.369.869	-	1.391.277	-
Juros a liquidar	285.842	-	133.196	-
	20.512.340	6.258.779	18.640.597	8.305.577

(a) O valor das rendas vincendas de contratos de locação financeira tem o seguinte detalhe:

	2006	2005
2006	-	2.152.289
2007	3.141.471	-
2007	-	2.847.298
2008	2.396.286	2.333.254
2009	2.306.402	2.141.896
2010	1.556.091	983.129
	6.258.779	8.305.577
	9.400.250	10.457.866

22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2006	2005
Fornecedores de imobilizado	1.407.117	2.637.213
Credores diversos:		
Investec Media SGPS	-	1.200.000
Francisco Sequeira Batista	412.805	-
Outros	339.887	400.520
Estado e outros Entes Públicos (Nota 23)	2.300.819	2.697.721
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 24)	-	4.285.506
Proveitos diferidos	655.255	690.926
	5.115.883	11.911.886

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2006		2005	
	Saldos devedores (Nota 15)	Saldos credores (Notas 20 e 22)	Saldos devedores (Nota 15)	Saldos credores (Notas 20 e 22)
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	202.242	66.846	132.489	63.350
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.003	560.312	585.537	837.067
Contribuições para a Segurança Social	-	644.875	-	664.999
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	205.514	-	218.128
Dívidas integradas em planos de pagamento (b)	-	5.816.226	-	6.685.423
Outros	-	44.470	-	44.980
	<u>203.245</u>	<u>7.338.243</u>	<u>718.026</u>	<u>8.513.947</u>

- (a) Os saldos credores de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas apresentam o seguinte detalhe:

	2006	2005
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do exercício	79.139	78.600
Retenções efectuadas por terceiros	(12.293)	(15.250)
	<u>66.846</u>	<u>63.350</u>

- (b) Em 31 de Dezembro de 2006 as dívidas integradas em planos de pagamento respeitam às incluídas no procedimento extrajudicial de conciliação, das quais 869.197 Euros estão classificadas como correntes, sendo o restante, 4.947.029 Euros, considerado como não correntes (Nota 20).

As contas a pagar relativas a IVA e outros impostos incluem valores vencidos de 98.473 Euros e 33.582 Euros, respectivamente, que não se encontram incluídos no Procedimento Extrajudicial de Conciliação.

24. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas, no exercício findo naquela data, são os seguintes:

	2006				
	Outros activos correntes (Nota 15)			Transacções	
Gestprint	2.209.164				
		2005			
		Saldos		Transacções	
		Outros activos correntes (Nota 15)	Outros passivos correntes (Nota 22)	Empréstimos de financiamento (Nota 11)	Outros proveitos operacionais
Gestprint	6.976.809	1.014.851	-	-	-
Naveprinter	2.376.317	3.270.655	-	-	-
Grafeidisport	851.607	-	500.000	694.101	4.343
	<u>10.204.733</u>	<u>4.285.506</u>	<u>500.000</u>	<u>694.101</u>	<u>4.343</u>

25. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006
 (Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo tinha prestado diversas garantias, nomeadamente garantias bancárias a terceiros, de acordo com o seguinte detalhe:

Garantia bancária - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	3.995.571
Garantia bancária - Direcção Geral de Impostos (a)	2.743.610
Garantia bancária - IAPMEI (b)	862.148
Companhia IBM Portuguesa (c)	69.018
Tribunal Civil de Lisboa (d)	29.748
Santa Casa da Misericórdia (e)	149.640
	<hr/>
	7.849.735

- (a) Garantia bancária prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 20).
- (b) Garantia bancária prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 18).
- (c) Garantia bancária prestada no âmbito do fornecimento de equipamentos informáticos.
- (d) Garantia bancária para pagamento de despesas judiciais referentes ao processo nº 3768 com o Públíco, que terminou em 2004.
- (e) Garantia bancária prestada no âmbito da continuidade das operações relativos à impressão de boletins.

Em 31 de Dezembro de 2006, existiam empréstimos bancários e contratos de locação financeira garantidos por penhor mercantil sobre alguns equipamentos até 5.450.000 Euros e 2.000.000 Euros, respectivamente.

26. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais durante o semestre findo em 31 de Dezembro de 2006, foram como segue:

Conselho de Administração	193.783
Conselho Fiscal	23.950
	<hr/>
	217.733

27. RESULTADOS OBTIDOS EM OPERAÇÕES EM DESCONTINUAÇÃO E ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos classificados como detidos para venda em 31 de Dezembro de 2005, correspondem a investimentos em associadas e ascendiam a 223.099 Euros.

Este activo incluía 859.370 Euros da participação financeira detida na Naveprinter, a qual foi alienada em 30 de Dezembro de 2006 por esse mesmo valor, mas que se encontrava deduzida de perdas de imparidade.

28. FACTOS SUBSEQUENTES

Por decisão da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de Novembro de 2006 foi deliberado proceder ao aumento do capital da Empresa de 200.000 Euros para 5.000.000 Euros através da emissão

de 96 milhões de novas acções ordinárias ao portador e com o valor nominal de 0,05 Euros cada, visando o reforço dos capitais próprios.

O período da Oferta Pública de Subscrição de 96 milhões de novas acções representativas do aumento de capital reservado a accionistas decorreu em Março de 2007. No exercício dos direitos de subscrição foram subscritas 87.051.782 acções, representativas de cerca de 90,7% do total das acções a emitir, tendo ficado disponíveis para rateio 8.948.218 acções, cujos pedidos suplementares totalizaram 157.524.995 acções.

Concluída a operação de aumento de capital, a Gestprint passou a deter, directamente, 82.058.262 acções ordinárias, escriturais e ao portador, representativas de 82,0583% do capital social e 82,1011% dos direitos de voto.

Queluz de Baixo, 16 de Abril de 2007

O Técnico Oficial de Contas:

O Conselho de Administração:

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Nota</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		36.724.311	38.866.699
Pagamentos a fornecedores		(24.318.634)	(20.620.191)
Pagamentos ao pessoal		(7.249.579)	(6.421.071)
Fluxos gerados pelas operações		5.156.098	11.825.437
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(144.609)	(178.451)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(388.206)	(5.615.011)
Fluxos das actividades operacionais (1)		4.623.283	6.031.975
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		7.217.067	1.324.699
Vendas de activos tangíveis		2.163.625	5.384
Juros e proveitos similares		8.193	7.528
		9.388.885	1.337.611
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(448.355)	(678.219)
Activos tangíveis		(1.768.258)	(1.420.409)
		(2.216.613)	(2.098.628)
Fluxos das actividades de investimento (2)		7.172.272	(761.017)
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos		63.870.680	55.798.214
		63.870.680	55.798.214
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(69.420.792)	(57.703.697)
Amortizações de contratos de locação financeira		(1.807.160)	(2.632.336)
Juros e custos similares		(1.900.834)	(1.815.610)
		(73.128.786)	(62.151.643)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(9.258.106)	(6.353.429)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		2.537.449	(1.082.471)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	16	191.022	1.273.493
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	16	2.728.471	191.022

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2006

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”) e o mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a acção desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao exercício de 2006, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

1. Actuação do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade e os negócios da Empresa e das suas principais participadas especialmente através da apreciação dos documentos e registos contabilísticos, da leitura das actas do Conselho de Administração e da consulta e análise de outra documentação, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos de validação e verificação, com a profundidade que julgou adequada nas circunstâncias.

No âmbito da sua acção, o Conselho Fiscal manteve contactos regulares com o Conselho de Administração, bem como com os diversos serviços da Empresa, tendo obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários.

O Conselho Fiscal reuniu regularmente e sempre que as circunstâncias o justificaram, independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros, no âmbito da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da evolução da Empresa e suas participadas, quer no tocante à sua situação financeira, quer quanto ao desenrolar das operações.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda o processo de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido verificado o respectivo perímetro de consolidação.

Relativamente às empresas que integram o perímetro de consolidação, foram apreciados os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

2. Relatório Consolidado de Gestão

O Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, aborda de forma suficientemente desenvolvida os factos mais relevantes ocorridos ao longo de 2006, com relevância para a compreensão da situação actual da Empresa e suas participadas satisfazendo os requisitos exigidos pela legislação aplicável.

3. Demonstrações Financeiras Consolidadas

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras consolidadas, que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006, as demonstrações consolidadas dos resultados, a demonstração consolidada de alteração no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, elaborados pelo Conselho de Administração. Nesta análise notou-se a aderência dos princípios contabilísticos usados na sua preparação e apresentação com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, bem como a observância dos preceitos legais e estatutários em vigor.

4. Conclusões

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas sobre as Contas Consolidadas emitido pelo Revisor Oficial de Contas, vogal deste Conselho, que inclui duas ênfases relacionadas com regularizações não frequentes e de grande significado efectuadas por contrapartida de resultados transitados e com a continuidade das operações da Empresa e à qual manifesta a sua concordância.

No desempenho das nossas funções, não nos deparámos com aspectos que violem as normas legais e estatutárias, nem que afectem materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa do conjunto das empresas compreendidas na consolidação.

O Conselho Fiscal expressa o seu agradecimento, pela colaboração dispensada, ao Conselho de Administração, aos diversos responsáveis e demais colaboradores da Empresa com quem teve oportunidade de contactar.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que, tendo em consideração os assuntos descritos nos parágrafos 5 e 6 da Certificação Legal das Contas Consolidadas:

O Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração Consolidada de Alteração no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, relativos ao exercício de 2006, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis reunindo as condições para serem aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Lisboa, 10 de Maio de 2007

Nuno Martins
Presidente

José Manuel Varandas Marques
Vogal

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André
Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”) e subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 61.069.447 Euros e capitais próprios de 643.707 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 2.327.160 Euros, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos consolidados de caixa e as alterações no capital próprio, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como as suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Página 2 de 2

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos consolidados de caixa e as alterações no capital próprio consolidado no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Ênfases

5. Embora a Empresa tenha vindo a registar resultados negativos nos últimos anos, o Conselho de Administração empreendeu diversas medidas de saneamento financeiro, das quais se refere o aumento de capital de 4.800.000 Euros verificado em Março de 2007. Adicionalmente, e conforme referido no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração perspectiva ainda outras medidas que em seu entender irão permitir inverter a tendência dos resultados passados. Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração considera apropriado o pressuposto da continuidade das operações da Empresa e a das suas participadas.
6. No exercício findo em 31 de Dezembro 2006, a Empresa procedeu a ajustamentos de activos não realizáveis e ao registo de provisões de, aproximadamente, 6.550.000 Euros, ajustando o saldo de abertura de resultados transitados e reexpressando a informação comparativa, por considerar tratarem-se de correcções não frequentes e de grande significado nos termos da Norma Internacional de Contabilidade nº 8.
7. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005, apresentadas para efeitos comparativos, não foram objecto de nossa Certificação Legal das Contas e o âmbito do nosso trabalho foi apenas o de emitirmos uma Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006.

Lisboa, 10 de Maio de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 61.069.447 Euros e capitais próprios de 643.707 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo de 2.327.160 Euros, a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada de alteração no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

- É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (“IAS/IFRS”) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
- A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma organização global de consultoria que executa serviços de consultoria e de exames de contabilidade no serviço ao cliente. A sua principal actividade é exercida em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt
• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Página 2 de 3

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. Embora a Empresa tenha vindo a registar resultados negativos nos últimos anos, o Conselho de Administração empreendeu diversas medidas de saneamento financeiro, das quais se refere o aumento de capital de 4.800.000 Euros verificado em Março de 2007. Adicionalmente, e conforme referido no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração perspectiva ainda outras medidas que em seu entender irão permitir inverter a tendência dos resultados passados. Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração considera apropriado o pressuposto da continuidade das operações da Empresa e a das suas participadas.
7. No exercício findo em 31 de Dezembro 2006, a Empresa procedeu a ajustamentos de activos não realizáveis e ao registo de provisões de, aproximadamente, 6.550.000 Euros, ajustando o saldo de abertura de resultados transitados e reexpressando a informação comparativa, por considerar tratarem-se de correcções não frequentes e de grande significado nos termos da Norma Internacional de Contabilidade nº 8.

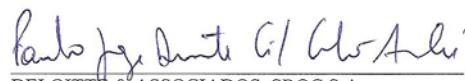
Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Página 3 de 3

8. O nosso Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005, datado de 3 de Abril de 2006, inclui uma reserva não aplicável às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006 por ter sido resolvida conforme referido no parágrafo 7 acima, e duas ênfases, uma semelhante ao assunto descrito no parágrafo 6 acima e uma outra não aplicável a estas demonstrações financeiras.

Lisboa, 17 de Abril de 2007


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André